

PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

CONTRATANTE (UASG)

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP - (389423)

OBJETO

Contratação de prestação de serviços, de natureza empresarial e caráter continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em todo território nacional, de Assistências Médico-Hospitalar e Acidente de Trabalho, registradas na ANS - Agência Nacional de Saúde Complementar, respeitadas as suas respectivas diretrizes de utilização, não sendo admitidas quaisquer tipos de limitações nas coberturas garantidas pelas referidas normas, conforme abaixo informado e especificações constantes neste termo, para funcionários, seus dependentes e estagiários, inativos, remidos e agregados, nos termos abaixo com detalhamento desta contratação.

VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 24.122.798,88

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Global

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS..... | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 4 |
| 4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO | 6 |
| 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 6 |
| 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 10 |
| 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES | 12 |
| 8. DA FASE DE JULGAMENTO | 19 |
| 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 24 |
| 10. DO TERMO DE CONTRATO | 33 |
| 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS..... | 34 |
| 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 34 |
| 13. DOS RECURSOS | 34 |
| 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 35 |
| 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 39 |
| 16. DA FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS..... | 40 |
| 17. VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO REAJUSTE..... | 40 |
| 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 43 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI nº 2600.3138/2025-39

Torna-se público que o **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP**, por meio da Unidade de Compras e Licitações - UCL, sediada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 - 8º andar, Pinheiros - São Paulo, SP, CEP - 01452-920, realizará licitação, **na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), da Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de prestação de serviços, de natureza empresarial e caráter continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em todo território nacional, de Assistências Médico-Hospitalar e Acidente de Trabalho, registradas na ANS - Agência Nacional de Saúde Complementar, respeitadas as suas respectivas diretrizes de utilização, não sendo admitidas quaisquer tipos de limitações nas coberturas garantidas pelas referidas normas, conforme abaixo informado e especificações constantes neste termo, para funcionários, seus dependentes e estagiários, inativos, remidos e agregados, nos termos abaixo com detalhamento desta contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Descrição dos serviços da Assistência Médica:

1.2.1. Serviços de assistência médica clínica, cirúrgica, especializada. assistência hospitalar (eletivo e emergencial), ambulatorial, e maternidade, métodos complementares de diagnósticos e tratamento, exames laboratoriais e de imagem bem como serviços auxiliares de terapia, nas segmentações: atendimento clínico e psicológico, ambulatorial, laboratorial, internação hospitalar (eletiva e emergencial), atendimento obstétrico e home care.

1.2.2. Acidente de Trabalho: Atendimento médico-assistencial completo, conforme legislação vigente.

1.3 A licitação será realizada em grupo único, formado por vários itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.7.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

3.9. O impedimento de que trata o item “3.7.7” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens “3.7.5” e “3.7.6” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens “3.7.5” e “3.7.6” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item “3.8” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. Não se aplica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens “9.1.1” e “9.11” deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens “5.4” e “5.7” sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item “5.13” possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor total do lote único;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. Os valores unitários da proposta final não poderão ultrapassar os valores estimados de cada item constante do item 18 do Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26.7. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 8.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

8.21. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos neste termo, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9.2. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. **Habilitação Jurídica**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 9.12.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.12.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.12.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.12.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.12.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.13. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 9.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.13.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.13.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.13.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.13.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.13.10 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13.11. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.14. Qualificação Econômico-Financeira

9.14.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.14.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.14.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando para cada exercício:

9.14.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.14.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.14.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.14.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.14.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.14.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.14.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.15. Para fins de qualificação técnica, deverá apresentar:

9.15.1. Comprovante da regularidade da situação cadastral relativo à autorização de funcionamento, bem como a autorização para operar serviços de Assistência Médico-Hospitalar e Acidente de Trabalho, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

9.15.2. As licitantes, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar os documentos de qualificação técnica de acordo com os requisitos e exigências gerais indicados nos subitens a seguir.

9.15.2.1. As licitantes deverão comprovar a qualificação técnica por meio de Atestados de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços de Assistência Médico – Hospitalar e Acidente de Trabalho, em um período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos.

9.15.2.1.1. A exigência de 12 (doze) meses consecutivos visa evitar que o somatório de atestados acumulados durante um longo período atinja o quantitativo exigido sem, no entanto, comprovar a capacidade logística e operacional da CONTRATADA em executar o volume de serviço previsto. Trata-se de dimensionamento de prazo relacionada à comprovação de capacidade de execução do objeto, sendo aceita pelo Tribunal de Contas da União conforme Acórdão nº 2048/2006 Plenário e Acórdão nº 1287/2008 Plenário.

9.15.2.2. Os Atestados deverão conter as informações a seguir, devendo ser acompanhados de evidências que demonstrem que a licitante possui experiência em serviço compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta contratação.

9.15.2.3. A compatibilidade relativa às características será avaliada com a demonstração de prestação de serviços similares aos ora licitados, devendo a licitante demonstrar ter atendido às três categorias desta licitação, a saber: Básico, Intermediário e Superior.

9.15.2.4. No que se refere ao prazo, a licitante deverá demonstrar que prestou os serviços compatíveis em características por, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos em pelo menos 01 (um) contrato.

9.15.2.5. No quesito quantidade a licitante deverá comprovar a prestação dos serviços na ordem de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do volume da carteira funcional do CREA-SP, conforme a tabela abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

Total por Plano:

| Plano | Total estimativo de Beneficiário | Comprovação de 50% |
|----------------------|---|---------------------------|
| Básico | 855 | 428 |
| Intermediário | 359 | 180 |
| Superior | 203 | 102 |
| Total | 1417 | 709 |

Total por faixa etária:

| Faixa etária | Total estimativo de Beneficiário | Comprovação de 50% |
|---------------------|---|---------------------------|
| 0 - 18 | 301 | 151 |
| 19 - 23 | 53 | 27 |
| 24 - 28 | 19 | 10 |
| 29 - 33 | 34 | 17 |
| 34 - 38 | 76 | 38 |
| 39 - 43 | 126 | 63 |
| 44 - 48 | 201 | 101 |
| 49 - 53 | 170 | 85 |
| 54 - 58 | 177 | 89 |
| 59 ou + | 260 | 130 |
| TOTAIS | 1417 | 709 |

9.15.2.5.1. A volumetria a ser comprovada, estabelecida em 50% (cinquenta por cento) do volume do atual contrato se encontra aderente às orientações do Tribunal de Contas da União, consagrada a partir de 2003, consoante Acórdão 1284/2003 Plenário, Acórdão 1949/2008 Plenário, Acórdão 717/2010 Plenário, Acórdão 1432/2010 Plenário, Acórdão 1695/2011 Plenário.

9.15.2.6. Os Atestados deverão conter as informações a seguir, devendo ser acompanhados de evidências que demonstrem que a licitante possui experiência em serviço compatível em características, quantidades e prazos, com o objeto desta contratação.

9.15.2.7. Um atestado poderá comprovar mais de uma experiência exigida. Será considerado apenas o atestado apresentado que seja relacionado à prestação de serviços compatíveis ao objeto ora contratado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.15.2.8. Os atestados de capacidade técnica, documentações e comprovações necessárias para que a Administração comprove a veracidade das informações, deverão conferir com o CNPJ da empresa licitante.

9.15.2.9. No caso de atestados emitidos por empresa privada, não serão considerados válidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da Licitante.

9.15.2.9.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, e ainda as que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica como sócia em comum.

9.15.2.10. Admite-se mais de um atestado com vistas a comprovar o atendimento a todos os requisitos de capacidade técnica que assegurem a similaridade do objeto.

9.15.2.11. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.15.3. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, quando solicitado, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte ao atestado, endereço atual da CONTRATANTE e local onde foram prestados os serviços.

9.15.4. Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, no art. 62 e seguintes e em consonância com as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União, os atestados de capacidade técnica serão objeto de diligência para verificação de autenticidade de seu conteúdo, momento em que serão solicitados, ao emitente dos atestados, documentos e evidências que descrevam e comprovem a execução dos serviços ali declarados.

9.15.5. A recusa do emitente do atestado em prestar esclarecimentos, informações, fornecer documentos comprobatórios etc., desconstituirá o atestado de capacidade técnica e poderá configurar prática de falsidade ideológica, ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo, para fins de apuração de responsabilidade, em consonância ao Acórdão nº 1724/2010 Plenário, Acórdão nº 0747-10/11-P, Acórdão nº 4827-32/09- 2, Acórdão nº 5857-37/09-1.

9.15.6. No processo de diligência serão colhidas evidências que comprovem a capacidade técnica, tais como: relatórios, registros de reunião, impressão das telas dos aplicativos e sistemas, documentação de projetos, entre outros, para a devida comprovação dos serviços atestados.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.16 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.16.1. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item “9.10”, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas)** horas, para:

9.16.1.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.16.1.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16.1.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.16.1.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16.2. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem “9.10”.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a um sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.2 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

10.5. Os prazos dos itens “10.2” e “10.3” poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.4 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

13.3.5 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6 fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1 advertência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens “14.1.1”, “14.1.2” e “14.1.3”, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens “14.1.4”, “14.1.5”, “14.1.6”, “14.1.7”, “14.1.8” e “14.1.9”, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens “14.1.1”, “14.1.2”, “14.1.3 e “14.1.4”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens “14.1.5”, “14.1.6”, “14.1.7”, “14.1.8” e “14.1.9”, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “14.1.1”, “14.1.2” e “14.1.3” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item “14.1.14”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.16. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônicos: nos seguintes sítios eletrônicos: www.gov.br/compras e <https://www.creasp.org.br/licitacoes-em-andamento>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica (nos dias úteis, até às 17 horas, para fins de contagem de prazo), pelo e-mail: compras.licitacao@creasp.org.br, ou, por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 – 8º andar – Pinheiros – São Paulo, SP – CEP – 01452-920, na Unidade de Compras e Licitações – UCL do CREA-SP, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 16h30min.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16 DA FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS

16.1. A forma de pagamento são as estabelecidas no item “9”, do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

16.1.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este instrumento convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO REAJUSTE

17.1 A vigência contratual será de **60 (sessenta) meses**, contada a partir da assinatura do contrato, conforme disposto no artigo 106 da Lei 14.133/2021, que admite a celebração de contratos de prestação de serviços contínuos com duração de até cinco anos. Ressalta-se que a legislação vigente permite à Administração Pública rescindir o contrato, sem ônus para as partes, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, desde que constatada a ausência de vantagem econômica ou indisponibilidade de créditos orçamentários.

17.2 Nos termos do artigo 107 da mesma Lei, o contrato poderá ser **prorrogado sucessivamente**, respeitado o limite máximo de **10 (dez) anos**, desde que haja previsão no edital e seja comprovada a manutenção das condições vantajosas para a Administração.

17.2.1 A prorrogação será possível quando demonstrada sua vantajosidade, mediante autorização formal da autoridade competente e observância dos seguintes requisitos:

- Prestação regular dos serviços contratados;
- Interesse da Administração na continuidade da contratação;
- Manutenção da vantajosidade econômica do contrato, bem como a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação a cada exercício financeiro, conforme disposto no inciso II do artigo 106 da Lei 14.133/21;
- Manifestação expressa da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

17.3 A prestação dos serviços terá início a partir da emissão da Ordem de Início pelo CREA-SP, observando os prazos estabelecidos para implantação, transição e encerramento do contrato vigente. O início efetivo ocorrerá no primeiro dia do mês subsequente à conclusão da fase de implantação.

17.4 DO REAJUSTE

17.4.1 Os preços somente poderão ser reajustados se observado o período mínimo de 12 (doze) meses de vigência do contrato.

17.4.2 A cada 12 (doze) meses de vigência do contrato o valor mensal será reajustado em conformidade com as regras da ANS, seguindo as diretrizes abaixo:

17.5 Reajuste Financeiro

17.5.1. Na hipótese da sinistralidade média apurada se manter até o limite máximo de 75% (setenta e cinco por cento), será aplicado o reajuste financeiro.

17.5.2 O reajuste dos valores contratados será realizado com base no Índice IPC Saúde FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, considerando a variação acumulada em 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento que serviu como base para a formação dos preços, oriundos da pesquisa de mercado deste termo de referência. A aplicação do reajuste será no faturamento do 13º (décimo terceiro) mês de vigência do Contrato, ou seja, no mês do seu aniversário, conforme os critérios estabelecidos no contrato, respeitando a periodicidade anual e a legislação vigente.

17.5.3 O reajuste financeiro incidirá exclusivamente sobre o valor cobrado por vida no plano básico, intermediário e superior.

17.6 Reajuste Técnico

17.6.1 Na hipótese de a sinistralidade média apurada superar os 75% (setenta e cinco por cento), a correção será com base no Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, de acordo com o estabelecido abaixo:

17.6.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CREA-SP relatórios mensais, em regime de caixa, com demonstrativos de todos os serviços prestados aos usuários. O relatório deve conter colunas separadas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

para titulares e dependentes, tanto dos ativos como dos inativos, e apresentar também a somatória geral dos dois grupos.

17.6.3 Os valores apresentados nos relatórios mensais são definitivos e não poderão ser alterados. Eventuais glosas ou lançamentos realizados após a emissão do relatório serão incluídos no mês subsequente.

17.6.4 No final de cada período de apuração, a CONTRATADA, deverá comprovar que o resultado da sinistralidade é superior ao citado limite de 75% (setenta e cinco por cento).

17.6.5 Uma vez comprovado que a sinistralidade é superior ao citado limite, o percentual de reajuste será baseado no cálculo abaixo:

Fórmula: $IR = SA - SR$

Onde: IR = Índice de Reajuste

SR = Sinistralidade de Referência - 75% (setenta e cinco por cento)

SA = Sinistralidade média apurada nos últimos 12 (doze) meses, com exceção do primeiro ano do contrato que será baseada no período compreendido de 06 (seis) meses, sendo este o mês de referência para início da contagem do próximo período de apuração.

17.6.5.1 A 1ª (primeira) avaliação terá como período de apuração os 6 (seis) primeiros meses de vigência do Contrato, com aplicação do reajuste no faturamento do 13º (décimo terceiro) mês, ou seja, no mês de aniversário do Contrato. Esse mês servirá como referência inicial para a contagem dos ciclos subsequentes de 12 (doze) meses para apuração da sinistralidade, conforme estabelecido abaixo:

17.6.5.2 As reavaliações subsequentes à do 1º período de apuração, serão realizadas, sucessivamente, considerando-se os 12 (doze) meses seguintes ao do último período avaliado. Onde, na 2ª (segunda) avaliação, compreenderá do 7º (sétimo) ao 18º (décimo oitavo) mês, com aplicação do resultado no faturamento do 25º (vigésimo quinto) mês e assim sucessivamente.

17.6.6 O reajuste sempre será aplicado no aniversário do Contrato relativo à sua data-base.

17.6.7 O reajuste financeiro e técnico não são acumulativos, ou seja, será aplicado um ou outro, conforme a regra acima.

17.6.8 Os índices não limitam ou prejudicam a possibilidade de negociação entre as partes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

17.6.9 Reajuste dos valores da coparticipação

17.6.9.1 Os valores referentes ao teto mensal de coparticipação por grupo familiar poderão ser reajustados anualmente, com base na variação acumulada de 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), sendo a base de cálculo referente ao período de maio a abril, conforme reajuste salarial aplicado aos funcionários do CREA-SP, com vigência a partir de 1º de maio.

17.6.9.2 Essa medida visa preservar o equilíbrio financeiro dos colaboradores do CREA-SP, garantindo que os limites de coparticipação acompanhem a evolução dos custos e mantenham-se compatíveis com a realidade econômica.

18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.gov.br/compras e <https://www.creasp.org.br/licitacoes-em-andamento>.

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

18.11.2 Anexo II – Modelo de Proposta;

18.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato.

São Paulo, 06 de abril de 2026.

Ricardo Garcia Gomes
Superintendente Administrativo Financeiro
Portaria nº 017/2024



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao CREA-SP

Pregão Eletrônico nº 90003/2026 - Processo Administrativo SEI nº 2600.3138/2025-39

A empresa _____ sediada à Av. / Rua _____, Cidade, Bairro e CEP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, Inscrição Municipal _____, Inscrição Estadual _____, vem através desta apresentar proposta de preço, conforme solicitado. Contato: nome _____ Telefone: () _____ e-mail. _____.

Grupo/Lote único

| BENS E SERVIÇOS – ASSISTÊNCIA MÉDICA | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------|--|--------------------------------------|--------------------------------------|
| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários (A) | Estimativa de preços (B) | Valores mensais por faixa etária $C = (A * B)$ | Valores para 12 meses $D = (C * 12)$ | Valores para 60 meses $E = (C * 60)$ |
| BÁSICO | 0 - 18 | 183 | | | | |
| | 19 – 23 | 40 | | | | |
| | 24 – 28 | 12 | | | | |
| | 29 - 33 | 23 | | | | |
| | 34 – 38 | 39 | | | | |
| | 39 – 43 | 70 | | | | |
| | 44 - 48 | 134 | | | | |
| | 49 - 53 | 114 | | | | |
| | 54 - 58 | 107 | | | | |
| SUBTOTAL ESTIMADO PARA PLANO BÁSICO | | 855 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários (A) | Estimativa de preços (B) | Valores mensais por faixa etária $C = (A * B)$ | Valores para 12 meses $D = (C * 12)$ | Valores para 60 meses $E = (C * 60)$ |
|---------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------|--|--------------------------------------|--------------------------------------|
| INTERMEDIÁRIO | 0 - 18 | 76 | | | | |
| | 19 – 23 | 10 | | | | |
| | 24 – 28 | 1 | | | | |
| | 29 - 33 | 3 | | | | |
| | 34 – 38 | 19 | | | | |
| | 39 – 43 | 29 | | | | |
| | 44 - 48 | 41 | | | | |
| | 49 - 53 | 36 | | | | |
| | 54 - 58 | 51 | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | | | | | | |
|---|----------|-----|--|----------|----------|----------|
| | 59 – 999 | 93 | | | | |
| SUTOTAL ESTIMADO PARA PLANO INTERMEDIÁRIO | | 359 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários (A) | Estimativa de preços (B) | Valores mensais por faixa etária C = (A*B) | Valores para 12 meses D = (C * 12) | Valores para 60 meses E = (C * 60) |
|---------------------------------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------|--|------------------------------------|------------------------------------|
| SUPERIOR | 0 - 18 | 42 | | | | |
| | 19 – 23 | 3 | | | | |
| | 24 – 28 | 6 | | | | |
| | 29 - 33 | 8 | | | | |
| | 34 – 38 | 18 | | | | |
| | 39 – 43 | 27 | | | | |
| | 44 - 48 | 26 | | | | |
| | 49 - 53 | 20 | | | | |
| | 54 - 58 | 19 | | | | |
| | 59 – 999 | 34 | | | | |
| SUBTOTAL ESTIMADO PARA PLANO SUPERIOR | | 203 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

| | | | | | |
|---|------|--|--|--|-----|
| VALOR MENSAL - Bens e Serviços – Assistência Médica (Básico + Intermediário + Superior) | 1417 | | | | R\$ |
|---|------|--|--|--|-----|

| | | | | | |
|--|------|--|--|--|-----|
| VALOR TOTAL - Bens e Serviços – Assistência Médica (Básico + Intermediário + Superior) | 1417 | | | | R\$ |
|--|------|--|--|--|-----|

- 1) Deverá ser apresentada pela Licitante:
- 2) Validade da Proposta: (Não inferior a 60 dias);
- 3) Dados Bancários para pagamento – (indicação do banco, número da conta e agência);
- 4) Para fins de assinatura do Termo de Contrato, informar:
 - 4.1 Razão Social;
 - 4.2 CNPJ, Inscrição Estadual e Municipal;

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059, 8º andar, Bairro: Pinheiros - São Paulo, SP – CEP 01452-920
Tel. (11) 3095-4850 - 6412 - 6413 - 6424 - 6545 - CNPJ 60.985.017/0001-77 - Inscrição Estadual: Isenta.
Atualização: ABR/2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 4.3 Endereço completo da empresa, inclusive CEP;
- 4.4 Telefone e e-mail do Representante Legal, Preposto e Testemunha;
- 4.5 Nome, número do CPF, número do RG e cargo do **Representante Legal** da empresa com poderes para assinatura do Contrato; e
- 4.6 Nome, número do CPF e do RG do responsável (**preposto**), que deverá ser mantido, aceito pelo **CREA-SP**, para representá-la na execução do Contrato.
- 4.7 Nome, número do CPF e do RG do responsável (**Testemunha**), que deverá ser mantido, aceito pelo **CREA-SP**, para representá-la na execução do Contrato.
- 5) Custos contemplados na Proposta: nos valores propostos deverão estar todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, contribuições sociais, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, despesas com transporte ou terceiros, hospedagens, seguros, quaisquer taxas e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital, bem como quaisquer vantagens ou lucro a ser obtido pela Contratada.
- 6) Nos valores indicados estão considerados as condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

(Local), de 2026.

Nome e Assinatura do Representante Legal
Cargo/Função
Carimbo do CNPJ
(Papel timbrado da empresa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº /2026

Processo Administrativo – SEI nº 26.003138/2025-39

Contratação de prestação de serviços, de natureza empresarial e caráter continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em todo território nacional, de Assistências Médico-Hospitalar e Acidente de Trabalho, registradas na ANS - Agência Nacional de Saúde Complementar, respeitadas as suas respectivas diretrizes de utilização, não sendo admitidas quaisquer tipos de limitações nas coberturas garantidas pelas referidas normas.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREASP, instituído pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 e mantido pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, com sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 1.059, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP - 01452-920, inscrito no CNPJ sob nº 60.985.017/0001-77, neste ato representado por sua Presidente, a Engenheira Civil **LIGIA MARTA MACKEY**, brasileira, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, com sede na _____ - CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por seu _____, _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 2600.3138/2025-39 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços, de natureza empresarial e caráter continuado, sem utilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, em todo território nacional, de Assistências Médico-Hospitalar, Acidente de Trabalho e Assistência Odontológica, registradas na ANS - Agência Nacional de Saúde Complementar, respeitadas as suas respectivas diretrizes de utilização, não sendo admitidas quaisquer tipos de limitações nas coberturas garantidas pelas referidas normas, nas condições, quantidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência, compreendendo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

1.2 Grupo/Lote único

| Bens e Serviços – Assistência Médica | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------------------------------|
| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários |
| BÁSICO | 0 - 18 | 183 |
| | 19 – 23 | 40 |
| | 24 – 28 | 12 |
| | 29 - 33 | 23 |
| | 34 – 38 | 39 |
| | 39 – 43 | 70 |
| | 44 - 48 | 134 |
| | 49 - 53 | 114 |
| | 54 - 58 | 107 |
| | 59 – 999 | 133 |
| INTERMEDIÁRIO | 0 - 18 | 76 |
| | 19 – 23 | 10 |
| | 24 – 28 | 1 |
| | 29 - 33 | 3 |
| | 34 – 38 | 19 |
| | 39 – 43 | 29 |
| | 44 - 48 | 41 |
| | 49 - 53 | 36 |
| | 54 - 58 | 51 |
| | 59 – 999 | 93 |
| SUPERIOR | 0 - 18 | 42 |
| | 19 – 23 | 3 |
| | 24 – 28 | 6 |
| | 29 - 33 | 8 |
| | 34 – 38 | 18 |
| | 39 – 43 | 27 |
| | 44 - 48 | 26 |
| | 49 - 53 | 20 |
| | 54 - 58 | 19 |
| | 59 – 999 | 34 |
| TOTAL ESTIMADO | | 1417 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

1.3 O detalhamento e as especificações dos serviços contratados estão descritos no item “5” - Especificações técnicas do objeto no Termo de Referência.

1.4 Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação acima mencionado;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência contratual será de **60 (sessenta) meses**, contada a partir da assinatura do contrato, conforme disposto no artigo 106 da Lei 14.133/2021, que admite a celebração de contratos de prestação de serviços contínuos com duração de até cinco anos. Ressalta-se que a legislação vigente permite à Administração Pública rescindir o contrato, sem ônus para as partes, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias**, desde que constatada a ausência de vantagem econômica ou indisponibilidade de créditos orçamentários.

2.2 Nos termos do artigo 107 da mesma Lei, o contrato poderá ser **prorrogado sucessivamente**, respeitado o limite máximo de **10 (dez) anos**, desde que haja previsão no edital e seja comprovada a manutenção das condições vantajosas para a Administração.

2.3 A prorrogação será possível quando demonstrada sua vantajosidade, mediante autorização formal da autoridade competente e observância dos seguintes requisitos:

- Prestação regular dos serviços contratados;
- Interesse da Administração na continuidade da contratação;
- Manutenção da vantajosidade econômica do contrato, bem como a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação a cada exercício financeiro, conforme disposto no inciso II do artigo 106 da Lei 14.133/21.;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- Manifestação expressa da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação.

a. A prestação dos serviços terá início a partir da emissão da Ordem de Início pelo CREA-SP, observando os prazos estabelecidos para implantação, transição e encerramento do contrato vigente. O início efetivo ocorrerá no primeiro dia do mês subsequente à conclusão da fase de implantação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação da assistência médica pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$..... (.....) para o lote único, conforme segue abaixo:

| Bens e Serviços – Assistência Médica | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------|--|------------------------------------|------------------------------------|
| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários (A) | Estimativa de preços (B) | Valores mensais por faixa etária C = (A*B) | Valores para 12 meses D = (C * 12) | Valores para 60 meses E = (C * 60) |
| BÁSICO | 0 - 18 | 183 | | | | |
| | 19 - 23 | 40 | | | | |
| | 24 - 28 | 12 | | | | |
| | 29 - 33 | 23 | | | | |
| | 34 - 38 | 39 | | | | |
| | 39 - 43 | 70 | | | | |
| | 44 - 48 | 134 | | | | |
| | 49 - 53 | 114 | | | | |
| | 54 - 58 | 107 | | | | |
| | 59 - 999 | 133 | | | | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | | | | | |
|-------------------------------------|-----|--|----------|----------|----------|
| SUBTOTAL ESTIMADO PARA PLANO BÁSICO | 855 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
|-------------------------------------|-----|--|----------|----------|----------|

| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários (A) | Estimativa de preços (B) | Valores mensais por faixa etária C = (A*B) | Valores para 12 meses D = (C * 12) | Valores para 60 meses E = (C * 60) |
|--|--------------|---------------------------------------|--------------------------|--|------------------------------------|------------------------------------|
| INTERMEDIÁRIO | 0 - 18 | 76 | | | | |
| | 19 - 23 | 10 | | | | |
| | 24 - 28 | 1 | | | | |
| | 29 - 33 | 3 | | | | |
| | 34 - 38 | 19 | | | | |
| | 39 - 43 | 29 | | | | |
| | 44 - 48 | 41 | | | | |
| | 49 - 53 | 36 | | | | |
| | 54 - 58 | 51 | | | | |
| | 59 - 999 | 93 | | | | |
| SUBTOTAL ESTIMADO PARA PLANO INTERMEDIÁRIO | | 359 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

| PLANOS | Faixa Etária | Quantidade estimativa de usuários (A) | Estimativa de preços (B) | Valores mensais por faixa etária C = (A*B) | Valores para 12 meses D = (C * 12) | Valores para 60 meses E = (C * 60) |
|---------------------------------------|--------------|---------------------------------------|--------------------------|--|------------------------------------|------------------------------------|
| SUPERIOR | 0 - 18 | 42 | | | | |
| | 19 - 23 | 3 | | | | |
| | 24 - 28 | 6 | | | | |
| | 29 - 33 | 8 | | | | |
| | 34 - 38 | 18 | | | | |
| | 39 - 43 | 27 | | | | |
| | 44 - 48 | 26 | | | | |
| | 49 - 53 | 20 | | | | |
| | 54 - 58 | 19 | | | | |
| | 59 - 999 | 34 | | | | |
| SUBTOTAL ESTIMADO PARA PLANO SUPERIOR | | 203 | | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | | | | | |
|--|-------------|--|--|--|------------|
| VALOR MENSAL - Bens e Serviços – Assistência Médica (Básico + Intermediário + Superior) | 1417 | | | | R\$ |
|--|-------------|--|--|--|------------|

| | | | | | |
|---|-------------|--|--|--|------------|
| VALOR TOTAL - Bens e Serviços – Assistência Médica (Básico + Intermediário + Superior) | 1417 | | | | R\$ |
|---|-------------|--|--|--|------------|

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O CREA-SP arcará com 100% (cem por cento) dos custos relativos às faturas das assistências médica dos funcionários e seus dependentes e estagiários.

6.2 O CREA-SP será responsável por arcar com os valores do Plano Básico, cabendo aos funcionários, arcarem com os custos da diferença, do Plano Básico e o plano de sua escolha, mediante desconto em folha de pagamento.

6.3 O fechamento mensal ocorrerá sempre no último dia do mês de competência anterior ao faturamento. Não haverá data de corte pré-estabelecida para inclusão ou exclusão de beneficiários, tampouco para a contabilização dos valores a serem faturados. Dessa forma, todas as movimentações realizadas até o último dia do mês serão consideradas integralmente no faturamento correspondente.

6.4 Deverão ser emitidas notas fiscais/faturas separadamente, sendo uma para assistência médica, outra para coparticipação.

6.5 Deverá emitir o relatório mensal de usuários ativos em formato excel para a conferência da fatura, estes relatórios deverão ser apresentados com as seguintes informações:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

6.6 Deverá emitir o relatório mensal de usuários ativos em formato excel para a conferência da fatura, estes relatórios deverão ser apresentados com as seguintes informações:

- Número da matrícula funcional;
- Nome do funcionário;
- Nome do dependente;
- Tipo de dependência (Filho, cônjuge, enteado entre outros);
- Número da carteirinha da CONTRATADA;
- Opção do plano;
- CPF;
- Data de nascimento;
- Idade;
- Sexo;
- Valor individual;
- Valor por grupo familiar (titular e dependentes que serão cadastrados com o mesmo número da matrícula).

6.6 Em casos excepcionais poderá ser solicitada a inclusão das seguintes informações:

- Número do cadastro no SUS;
- RG;
- Nome da mãe.

6.7 O relatório previsto no item anterior, os boletos bancários e as Notas Fiscais/Fatura, deverão ser encaminhados no prazo não inferior a 15 (quinze) dias antes do vencimento, ou seja, até o dia 05 (cinco) de cada mês.

6.8 A cobrança referente à assistência médica será realizada de forma pro rata, ou seja, será proporcional aos dias em que o beneficiário estiver ativo no plano durante o mês de competência. Dessa forma, serão considerados apenas os dias efetivos de cobertura para fins de faturamento.

6.9 Os boletos bancários deverão ser emitidos descontando os valores referentes aos recolhimentos dos impostos.

6.10 A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal ou fatura os seguintes documentos:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de regularidade junto a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

6.11 **O pagamento do objeto contratado será efetuado à CONTRATADA mensalmente concentrado em uma única data, no dia 20 (vinte) do mês subsequente** ao da prestação dos serviços, mediante apresentação do fechamento mensal para conferência da nota fiscal/fatura, a qual deverá ser entregue à área de recursos humanos.

6.12 Caberá à CONTRATADA destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço, nos termos previsto na Lei Federal nº 9.430/96, Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e seu anexo.

6.13 A CONTRATADA é responsável pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

6.15 Se a CONTRATADA descumprir qualquer termo ou condição a que se obrigar por sua exclusiva culpa poderá o CREA-SP reter o pagamento, até que seja sanado o respectivo inadimplemento, não sobrevivendo, portanto, qualquer ônus ao CREA-SP resultante desta situação.

6.16 O CREA-SP atestará a execução do objeto do contrato após o recebimento e conferência dos documentos apresentados pela CONTRATADA.

6.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

6.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

6.22 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.23 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.24 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.25 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.26 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

6.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.28 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.29 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREA-SP, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula, conforme previsto no ANEXO XI da IN 05/2017:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

| | | | |
|------------------------------------|-----|-----------|----------------|
| I = (TX) | I = | (6 / 100) | I = 0,00016438 |
| | | 365 | |
| TX = Percentual da taxa anual = 6% | | | |

6.30 A CONTRATADA emitirá ainda a fatura/nota fiscal a favor da CONTRATANTE, com relação as despesas com coparticipação respeitando os seguintes critérios:

- Não haverá coparticipação para os usuários do plano básico;
- Plano intermediário valor máximo mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por grupo familiar, vedada a cobrança fracionada de valores superiores ao limite mensal;
- Plano superior valor máximo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por grupo familiar, vedada a cobrança fracionada de valores superiores ao limite mensal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data base de apresentação do orçamento estimado, em ***/**/2025.

7.1.1 A cada 12 (doze) meses de vigência do contrato o valor mensal será reajustado em conformidade com as regras da ANS, seguindo as diretrizes abaixo:

7.2 Reajuste Financeiro

7.2.1 Na hipótese da sinistralidade média apurada se manter até o limite máximo de 75% (setenta e cinco por cento), será aplicado o reajuste financeiro.

7.2.2 O reajuste dos valores contratados será realizado com base no Índice IPC Saúde FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, considerando a variação acumulada em 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento que serviu como base para a formação dos preços, oriundos da pesquisa de mercado deste termo de referência. A aplicação do reajuste será no faturamento do 13º (décimo terceiro) mês de vigência do Contrato, ou seja, no mês do seu aniversário, conforme os critérios estabelecidos no contrato, respeitando a periodicidade anual e a legislação vigente.

7.2.3 O reajuste financeiro incidirá exclusivamente sobre o valor cobrado por vida no plano básico, intermediário e superior.

7.3 Reajuste Técnico

7.3.1 Na hipótese da sinistralidade média apurada superar os 75% (setenta e cinco por cento), a correção será com base no Índice de Sinistralidade, para efeito da revisão positiva da contraprestação pecuniária, de acordo com o estabelecido abaixo:

7.3.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CREA-SP relatórios mensais, em regime de caixa, com demonstrativos de todos os serviços prestados aos usuários. O relatório deve conter colunas separadas para titulares e dependentes, tanto dos ativos como dos inativos, e apresentar também a somatória geral dos dois grupos.

7.3.3 Os valores apresentados nos relatórios mensais são definitivos e não poderão ser alterados. Eventuais glosas ou lançamentos realizados após a emissão do relatório serão incluídos no mês subsequente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.3.4 No final de cada período de apuração, a CONTRATADA, deverá comprovar que o resultado da sinistralidade é superior ao citado limite de 75% (setenta e cinco por cento).

7.3.5 Uma vez comprovado que a sinistralidade é superior ao citado limite, o percentual de reajuste será baseado no cálculo abaixo:

Fórmula: $IR = SA - SR$

Onde:

IR = Índice de Reajuste

SR = Sinistralidade de Referência - 75% (setenta e cinco por cento)

SA = Sinistralidade média apurada nos últimos 12 (doze) meses, com exceção do primeiro ano de vigência do contrato que será baseada no período compreendido de 06 (seis) meses, sendo este o mês de referência para início da contagem do próximo período de apuração.

7.3.5.1 A 1ª (primeira) avaliação terá como período de apuração os 6 (seis) primeiros meses de vigência do Contrato, com aplicação do reajuste no faturamento do 13º (décimo terceiro) mês, ou seja, no mês de aniversário do Contrato. Esse mês servirá como referência inicial para a contagem dos ciclos subsequentes de 12 (doze) meses para apuração da sinistralidade, conforme estabelecido abaixo:

7.3.5.1.1 As reavaliações subsequentes à do 1º período de apuração, serão realizadas, sucessivamente, considerando-se os 12 (doze) meses seguintes ao do último período avaliado. Onde, na 2ª (segunda) avaliação, compreenderá do 7º (sétimo) ao 18º (décimo oitavo) mês, com aplicação do resultado no faturamento do 25º (vigésimo quinto) mês e assim sucessivamente.

7.4 O reajuste sempre será aplicado no aniversário do Contrato, relativo à sua data-base.

7.5 O reajuste financeiro e técnico não são acumulativos, ou seja, será aplicado um ou outro, conforme a regra acima.

7.6 Os índices não limitam ou prejudicam a possibilidade de negociação entre as partes.

7.7 Reajuste dos valores da coparticipação

7.7.1 Os valores referentes ao teto mensal de coparticipação por grupo familiar poderão ser reajustados anualmente, com base na variação acumulada de 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), sendo a base de cálculo referente ao período de maio a abril, conforme reajuste salarial aplicado aos funcionários do CREA-SP, com vigência a partir de 1º de maio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 7.7.2** Essa medida visa preservar o equilíbrio financeiro dos colaboradores do CREA-SP, garantindo que os limites de coparticipação acompanhem a evolução dos custos e mantenham-se compatíveis com a realidade econômica.
- 7.8** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.9.** O índice de reajuste não limita ou prejudica a possibilidade de negociação entre as partes.
- 7.10.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.11.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.12.** Se a CONTRATADA descumprir qualquer termo ou condição a que se obrigou no presente certame, por sua exclusiva culpa poderá o CREA-SP, reter o pagamento, até que seja sanado o respectivo inadimplemento, não sobrevivendo, portanto, qualquer ônus ao CREA-SP resultante desta situação.
- 7.13** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 7.14.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.15.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará a Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.16.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

7.17. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.19. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do CREA-SP:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o este contrato e seus anexos.

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA

8.1.4 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

8.1.5 Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.

8.1.7 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.8 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

8.1.9 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do Contrato.

9.1.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II)

9.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.5 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social. 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3) certidões



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA. 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF. e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

9.1.8 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.1.10 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.11 Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato

9.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.2 **DA IMPLANTAÇÃO**

9.2.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2 A etapa de implantação deverá ser integralmente finalizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato.

9.2.3 A implantação deverá ser executada por equipe especializada da CONTRATADA.

9.2.4 Deverá ser garantido o necessário suporte técnico e treinamento aos profissionais do CREA-SP quanto das ações que envolverem a implantação e operacionalização dos serviços ora contratados.

9.2.5 O CREA-SP encaminhará a massa de ativos e inativos da atual operadora/seguradora no prazo de 3 (três) dias, após a assinatura do contrato, para que seja providenciado o cadastro dos usuários no sistema.

9.2.6 A CONTRATADA deverá aceitar a massa de ativos: titulares, dependentes e agregados existentes e cadastrados na atual contratada conforme disposições da Resolução Normativa nº 557/2022 e demais legislações relacionadas ao assunto, assim como a massa de inativos e remidos.

9.2.7 A CONTRATADA será responsável pela elaboração e disponibilização do material, sobre a implantação do benefício, de forma eletrônica, sem ônus para o CONTRATANTE, como: cartazes, banners, folders, palestras, e outros, 30 (trinta) dias antes do início da prestação de serviços para que o usuário tenha tempo de fazer a sua escolha de opção de plano e consequentemente que o CREA-SP tenha tempo para transmitir estas informações à CONTRATADA.

9.2.8 O material deverá contemplar as informações de cobertura assistencial, abrangências e funcionamento da coparticipação e todos os programas que são oferecidos por tipo de plano.

9.2.9 A CONTRATADA deverá oferecer no mínimo 04 (quatro) palestras presenciais ou online, sem ônus, que serão definidas pelo CREA-SP, com o objetivo de explicar aos colaboradores a implantação/alteração do benefício, sua utilização, locais de atendimentos e demais assuntos necessários para a implantação do benefício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.2.10 A divulgação aos usuários será de responsabilidade do CONTRATANTE e será feita através dos diversos canais de comunicação deste Conselho.

9.2.11 A CONTRATADA deverá disponibilizar a cada beneficiário incluído no plano um cartão de identificação, que o habilitará ao uso dos serviços.

9.2.12 O cartão de identificação poderá ser emitido por meio impresso e digital.

9.2.13 A CONTRATADA poderá entregar as carteirinhas físicas separadas por grupo familiar, ou seja, no mesmo envelope deverá constar o titular e seus dependentes.

9.2.14 A CONTRATADA poderá entregar as carteirinhas físicas no local de trabalho dos usuários titulares, esta distribuição deverá ser finalizada antes do início da prestação do serviço.

9.2.15 Em caso de perda, roubo, retificação ou desmagnetização do cartão do usuário, deverá ser disponibilizados meios adequados e permanentes de solicitação e retirada de cartão provisório físico ou digital ou declaração de atendimento, para fins de não descontinuar o atendimento.

9.2.16 As carteirinhas e todas as correspondências, sejam físicas ou digitais dos inativos e remissos deverão ser encaminhadas para os endereços residenciais ou eletrônicos cadastrados no sistema da CONTRATADA, não devendo ser encaminhados para a CONTRATANTE.

9.2.17 Caso haja algum imprevisto de entrega das carteirinhas, a CONTRATADA se responsabilizará pela disponibilização do número do benefício cadastrado, de modo que o beneficiário possa utilizar o plano apenas com a apresentação de documento de identificação.

9.2.18 A emissão virtual das carteirinhas desobriga a CONTRATADA de emitir as carteirinhas físicas.

9.2.19 A CONTRATADA se responsabilizará pela continuidade dos serviços mais complexos utilizados pelos usuários, mantendo o tratamento até a sua conclusão, com os profissionais que estão acompanhando obedecendo o critério de livre escolha pelo beneficiário e demais serviços na rede credenciada, preservando a integridade física e de conforto.

9.2.20 A CONTRATADA deverá adotar as providências necessárias para viabilizar a continuidade assistencial de cirurgias, exames e tratamentos programados que não possam ser interrompidos, inclusive



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

aqueles decorrentes de decisões judiciais, bem como apoiar a adequada transição assistencial, inclusive quanto a transferências hospitalares e de cuidados domiciliares (home care), observados os limites da vigência contratual, a efetiva migração dos beneficiários e as disposições legais e regulatórias aplicáveis.

9.2.21 As decisões judiciais vigentes deverão ser observadas de forma a assegurar a continuidade do atendimento aos usuários, sem desassistência durante eventual transição entre operadoras. A CONTRATADA deverá atuar de maneira colaborativa, após a efetiva migração dos beneficiários e a formalização necessária, para garantir o regular cumprimento das determinações judiciais aplicáveis, nos limites da vigência contratual e da legislação pertinente

9.2.22 A CONTRATADA deverá iniciar os serviços no primeiro dia do mês subsequente do término da implantação em atendimento as regras estabelecidas nas Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em especial à RN nº 566/2022, que em suma dispõe sobre a garantia de atendimento dos beneficiários e no caso de descumprimento, reembolsar 100% dos valores referente a todos os atendimentos e procedimentos.

9.2.23 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar mecanismos que permitam a consulta prévia da rede credenciada. Caso o usuário não encontre o profissional ou serviço na sua área de abrangência, a CONTRATADA terá um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para indicar uma opção adequada. Se esse prazo não for cumprido, o usuário terá o direito de solicitar o reembolso integral dos serviços.

9.2.24 O reembolso integral dos valores será assegurado exclusivamente nos casos em que os usuários não encontrarem profissionais ou serviços disponíveis na área de abrangência contratada.

9.2.25 A normativa estabelece que, na ausência de prestadores no município de residência do beneficiário, a operadora deve garantir o atendimento por meio da indicação de prestadores em municípios limítrofes ou pertencentes à mesma região de saúde, respeitando os prazos máximos definidos pela ANS.

9.3 IMPLEMENTAÇÃO

9.3.1 Possuir Equipe treinada de Atendimento: A equipe responsável pelo atendimento deve ser bem treinada para lidar com as dúvidas e reclamações dos beneficiários de forma eficaz.

9.3.2 Monitorar o Canal de Comunicação: A contratada deve monitorar constantemente o canal de comunicação para garantir que todas as solicitações sejam atendidas dentro do prazo estabelecido.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.3.3 Realizar Relatórios de Atendimento: A Contratada deve elaborar relatórios periódicos sobre o atendimento, incluindo o número de dúvidas sanadas, o tempo médio de resposta e a taxa de resolução de problemas.

9.3.4 Essas medidas visam garantir que os beneficiários tenham suas dúvidas sanadas de forma rápida e eficiente, promovendo a confiança e a transparência nas solicitações e cobranças realizadas. O comprometimento da Contratada com a qualidade do atendimento é essencial para obtermos um processo eficaz e transparente.

9.4 INCENTIVO À PROMOÇÃO A SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

9.4.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar e executar programas e campanhas de incentivo à saúde, em formato online e/ou presencial, os quais deverão ser apresentados previamente à CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data prevista para sua realização.

9.4.2 Oferecer no mínimo 06 (seis) palestras anuais sem custo ao Conselho, com objetivo de prevenção e promoção à Saúde e à Qualidade de Vida, com profissionais especializados:

9.4.2.1 Os eventos serão realizados a critério do CREA-SP e comunicados previamente à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

9.4.2.2 A solicitação de participação da CONTRATADA deverá ser realizada com antecedência, mediante alinhamento com a área de Recursos Humanos, sendo o período máximo para a realização do evento 02 (dois) meses após a solicitação.

9.4.2.3 Os temas das palestras serão acordados entre o CREA-SP e a CONTRATADA;

9.4.2.4 Disponibilizar material educativo para os colaboradores do CREA-SP, com objetivo de prevenção e promoção à saúde, por meio impresso ou mídia digital.

9.5 COMUNICAÇÃO

9.5.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato declaração, no prazo de 3 (três) dias da assinatura do contrato, informando o número da central de atendimento ao usuário, de ligação local na cidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

de São Paulo e Região Metropolitana, e gratuita nas demais localidades, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

9.5.2 A Contratada deverá indicar um preposto, por ocasião da assinatura do contrato, informando um número de telefone de contato direto, preferencialmente do número de celular e endereço de e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre a CONTRATADA e a área de Recursos Humanos.

9.5.3 O preposto com capacidade para gerenciamento administrativo e técnico, visando agilizar os contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, para atendimento e solução de demandas e assuntos decorrentes da administração e gestão dos benefícios.

9.5.4 Poderá ser disponibilizado representantes distintos para assuntos administrativos e técnicos, a critério da CONTRATADA.

9.5.5 O preposto deverá estar disponível a Contratante por meio de telefones fixos e celulares.

9.5.6 Caso haja indisponibilidade dos prepostos, a CONTRATADA deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto para tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento de todas as obrigações contratuais.

9.5.7 A CONTRATADA deverá informar preventivamente à fiscalização do contrato a necessidade de mudança das indicações descritas acima, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após a constatação da ocorrência.

9.5.8 Não é obrigatória a permanência do preposto no local da prestação de serviço, salvo quando necessário, em tempo hábil para tratar com o gestor ou fiscal do contrato, assuntos referentes ao contrato.

9.5.9 A CONTRATANTE fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quanto solicitada a sua presença, mediante agendamento prévio, o qual não será inferior a 48 (quarenta e oito) horas.

9.5.10 A CONTRATADA deverá manter seus dados cadastrais atualizados junto ao CREA-SP.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.6 INTERFACE COM O USUÁRIO

9.6.1 A CONTRATADA terá as seguintes responsabilidades em relação ao atendimento aos beneficiários:

9.6.1.1 Saneamento de Dúvidas:

9.6.2 A CONTRATADA será responsável por esclarecer todas as dúvidas dos beneficiários sobre a composição dos valores com informações detalhadas que estão sendo cobrados, com relação a coparticipação.

9.6.2.1 Regularização de Inconsistências:

9.6.2.1.1 A CONTRATADA deverá identificar e corrigir possíveis inconsistências nas cobranças. Isso envolve a análise de reclamações e a realização de ajustes necessários para garantir que os valores cobrados estejam corretos e justificados.

9.6.3 Canal Direto de Comunicação:

9.6.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar um canal direto de comunicação (como telefone, e-mail ou chat) para que os beneficiários possam entrar em contato facilmente. Este canal deve ser acessível e eficiente, permitindo que os beneficiários tirem suas dúvidas e relatem problemas.

9.7 ABRANGÊNCIA DO PLANO

9.7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao usuário, por meio impresso ou virtual, a abrangência de todos os serviços do seu PLANO em abrangência nacional.

9.8 PRAZO DE RESPOSTA:

9.8.1 A CONTRATADA se compromete a responder as solicitações e dúvidas dos beneficiários nos prazos máximos estabelecidos pela legislação. Esse compromisso é fundamental para garantir a satisfação dos beneficiários e a transparência nas relações.

9.9 SISTEMA DE GESTÃO E RELATÓRIOS GERENCIAIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.9.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema informatizado próprio, acessível via internet (web), que permita a autogestão do benefício e o gerenciamento integral do contrato. O sistema deverá possibilitar, sem qualquer custo adicional ao Conselho, a emissão, o controle e o acesso a relatórios gerenciais mensais de desempenho.

9.9.2 Os relatórios deverão ser disponibilizados eletronicamente e contemplar, obrigatoriamente, informações relativas aos usuários ativos e inativos, titulares e dependentes, incluindo, no mínimo:

9.9.2.1 Perfil populacional dos beneficiários (por plano, faixa etária, gênero, titularidade e regime de vínculo);

9.9.2.2 Monitoramento da utilização dos serviços;

9.9.2.3 Relação de internações realizadas;

9.9.2.4 Inclusão, exclusão e alteração cadastral dos usuários sendo que a periodicidade destas comunicações será estabelecida pelo CONTRATANTE a depender do fluxo mensal de contratações, desligamentos e inclusões e/ou exclusões de usuários constatado pelas partes;

9.9.2.5 Geração de Demonstrativo Analítico de Faturamento em formato Excel, contendo: matrícula do funcionário, nome, CPF, plano contratado, titularidade (titular ou dependente), datas de inclusão e exclusão, data de nascimento e valor correspondente;

9.9.2.6 Deverá emitir o relatório mensal de usuários ativos em formato Excel para a conferência da fatura, estes relatórios deverão ser apresentados com as seguintes informações, detalhadas em colunas distintas:

9.9.2.6.1 Número da matrícula funcional.

9.9.2.6.2 Nome do funcionário.

9.9.2.6.3 Nome do dependente.

9.9.2.6.4 Tipo de dependência (Filho, cônjuge, enteado entre outros).

9.9.2.6.5 Número da carteirinha da CONTRATADA.

9.9.2.6.6 Opção do plano.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.9.2.6.7 CPF

9.9.2.6.8 Valor individual e por grupo familiar (titular e dependentes que serão cadastrados com o mesmo número da matrícula);

9.9.3 Em casos excepcionais poderá ser solicitada a inclusão das seguintes informações:

9.9.3.1 Número do cadastro no SUS;

9.9.3.2 RG;

9.9.3.3 Nome da mãe

9.9.3.4 Idade

9.10 RELATÓRIOS DE MEDICINA OCUPACIONAL

9.10.1 A CONTRATADA deverá, ainda, fornecer relatório específico de medicina ocupacional, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, contendo:

9.10.1.1 Nome do usuário e matrícula

9.10.1.2 Descrição da patologia;

9.10.1.3 Região anatômica afetada;

9.10.1.4 Índice de sinistralidade, discriminado por usuário;

9.11 RELATÓRIO MENSAL DE SINISTRALIDADE

9.11.1 A CONTRATADA deverá FORNECER relatório mensal de sinistralidade com os seguintes indicadores:

9.11.1.1 Valor total da utilização mensal, sem lançamentos retroativos de utilização ou glosas, versus valor da fatura.

9.11.1.2 Prestadores mais demandados.

9.11.1.3 Maiores utilizadores, com detalhamento de idade e titularidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.11.1.4 Acompanhamento da evolução da sinistralidade, considerando o mês de apuração, sem lançamentos retroativos de utilização ou glosas. Eventuais ajustes deverão ser incorporados no mês subsequente.

9.11.1.5 Distribuição dos beneficiários por plano, gênero e faixa etária.

9.11.1.6 Identificação dos maiores prestadores que compõem o sinistro, com nome do prestador, município de atendimento, valor total (em R\$) e número de usuários atendidos.

9.11.1.7 Composição detalhada do sinistro, com valores totais por plano e por regime de atendimento (internações, atendimentos ambulatoriais, consultas eletivas e de urgência, exames e terapias).

9.11.1.8 Identificação dos maiores utilizadores (usuários), com informações de sexo, idade, plano e valor do sinistro correspondente.

9.11.1.9 Prestadores mais demandados.

9.11.1.10 Ranking de utilização por custos.

9.11.1.11 Maiores utilizadores, com detalhamento de idade e titularidade

9.11.1.12 O relatório mensal de sinistralidade com o valor total da utilização dos serviços assistenciais pelos beneficiários, comparado ao valor da fatura emitida no período. Além disso, deverá incluir o cálculo do percentual de utilização em relação ao corte técnico de 75%

9.11.1.13 Deverá apresentar relatório gerencial da performance do contrato contendo as seguintes informações:

9.11.1.13.1 Quantidade de homens x quantidade de mulheres.

9.11.1.13.2 Quantidade de titulares x quantidade de dependentes.

9.11.1.13.3 Quantidade de usuários por procedimento (consultas, exames).

9.11.1.13.4 Quantidade de usuários por titularidade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.11.1.13.5. Quantidade de usuários pelo tipo da categoria de plano.

9.12 DISPOSIÇÕES GERAIS

9.12.1 Deverá possuir Central de Atendimento 24 (vinte e quatro) horas para liberação de procedimentos, informações sobre os serviços contratados, da rede credenciada, para marcação de consultas e exames, e sugestões e dúvidas.

9.12.2 Manter uma rede credenciada e/ou própria no Estado de São Paulo composta por hospitais, laboratórios, clínicas médicas e consultórios com todas as especialidades, e em nível nacional, sendo admitida a substituição de quaisquer credenciados da rede por outro de nível equivalente ou superior.

9.12.3 A rede de atendimento deverá ser fornecida por meio de manual eletrônico, que também poderá ser impresso em quantidades suficientes para distribuição aos beneficiários titulares e dependentes, cujas informações também deverão constar em portal eletrônico a ser disponibilizado para consulta dos usuários durante toda a vigência contratual.

9.12.4 Tomar providências imediatas e cabíveis para sanar problemas oriundos da utilização dos serviços pelos usuários do CREA-SP nos estabelecimentos conveniados por meio de atendimento eletrônico ou outros oferecidos pela operadora.

9.12.5 Garantir o atendimento de todos os serviços previstos no contrato, em todas as cidades que o CREA-SP possui funcionários e em todas as redes credenciadas da CONTRATADA, em todo território nacional.

9.12.6 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre os serviços ora ajustados.

9.12.7 Aceitar as inclusões e exclusões de usuários que vierem a ser comunicadas pelo CREA-SP ao longo da vigência contratual.

9.12.8 O número de beneficiários poderá variar conforme alterações no quadro funcional do CREA-SP, bem como em decorrência da inclusão ou exclusão de dependentes, sem que isso implique qualquer modificação nos valores unitários dos planos ofertados. Essa flexibilidade é essencial para garantir a adequação do contrato às dinâmicas de pessoal da contratante, preservando a estabilidade financeira e operacional da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

prestação dos serviços.

9.12.9 A CONTRATADA deverá migrar os casos oriundos de Programa de Demissão Voluntária-PDV. Novos programas de incentivos desta modalidade poderão ser implementados pelo CREA-SP, os quais serão apresentados a CONTRATADA para viabilização.

9.12.10 Possuir setor de Medicina Preventiva, com o objetivo de divulgar e desenvolver os conceitos relacionados a promoção à saúde e elaborar mapeamento de doenças crônicas e casos que necessitam de acompanhamento, seguindo cronograma que será elaborado e validado pelo fiscal/gestor da CONTRATANTE e o Representante Legal da CONTRATADA após a assinatura do contrato.

9.12.11 Remoções, inclusive em ambulância UTI, entre Unidades de Saúde, por solicitação médica, para a realização de exames complementares ou quando faltarem recursos na Unidade, para o atendimento adequado ao paciente com cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente para outro estabelecimento hospitalar, em toda área de abrangência da CONTRATADA, quando decorrente de atendimento de urgência ou emergência médico hospitalar.

9.12.12 As remoções serão realizadas conforme previsto na Resolução Normativa ANS nº 490/2022 e nas Diretrizes de Utilização (DUT) constantes do Anexo II da RN nº 465/2021 e em todas as demais legislações vigentes e suas atualizações aplicáveis.

9.13 **CARÊNCIAS**

9.13.1 A CONTRATADA não poderá impor limitações de idade e quaisquer carências aos usuários titulares, dependentes e agregados inscritos no prazo de 30 (trinta) dias da admissão ou fato gerador.

9.13.2 A CONTRATADA deverá realizar a inclusão dos usuários no plano de assistência médica no ato da solicitação, independentemente da idade, inclusive para aqueles com mais de 50 anos, sem a exigência de avaliação médica ou declaração de doenças preexistentes.

9.13.3 Essa obrigatoriedade visa garantir o acesso pleno e imediato à cobertura assistencial, respeitando os direitos dos beneficiários e assegurando a não discriminação por idade ou condição de saúde.

9.13.4 Anualmente, por ocasião do aniversário do contrato, os usuários poderão fazer “upgrade”, ou seja, alterar seu plano de assistência médica padrão inferior para um padrão superior sem o cumprimento de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

carências.

9.13.5 A opção de plano de assistência médica realizada pelo titular será automaticamente aplicada a todos os seus dependentes vinculados, mantendo-se a equivalência entre os planos contratados.

9.13.6 Qualquer alteração na modalidade do plano do titular implicará, de forma imediata, na mesma modificação para os respectivos dependentes, não sendo permitida a contratação de planos distintos entre titular e dependentes

9.13.7 O “downgrade”, ou seja, alterar seu plano de assistência médica padrão superior para um inferior poderá ser feita a qualquer tempo respeitando um período mínimo de 1 (um) ano na opção do plano atual, sem que haja a aplicação de carências.

9.13.8 O cumprimento de carência por parte dos usuários, quando houver, deverá obedecer até o limite máximo estabelecido na legislação vigente.

9.13.9 A inscrição do cônjuge, companheiro ou filhos recém-nascidos, filho natural ou adotivo, tutelados ou sob guarda do titular e enteados quando efetivada na vigência do contrato, deverá ser efetuada até o prazo de 30 (trinta) dias após o fato gerador, com isenção do cumprimento de quaisquer carências.

9.13.10 Para os casos em que o fato gerador superar o prazo acima, a CONTRATADA deverá manter a carência que for mais favorável ao usuário sendo o prazo máximo de:

9.13.10.1 24 (vinte e quatro) horas para cobertura dos casos de urgência e emergência;

9.13.10.2 60 (sessenta) dias para consultas, exames básicos;

9.13.10.3 180 (cento e oitenta) dias para exames especiais, procedimentos de ambulatório, terapias, quimioterapia e radioterapia, internações Clínicas, internações Cirúrgicas, internações psiquiátricas, procedimentos cardíacos e outros;

9.13.10.4 300 (trezentos) dias para partos.

9.14 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

9.14.1 O conjunto de serviços a serem contratados junto ao prestador de serviços selecionado serão os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

seguintes:

9.14.1.1 Serviços de Assistência Médico/Hospitalar/Ambulatorial

9.14.1.1.1 Consiste na cobertura de todos os procedimentos do Rol de Procedimentos Médicos assistencial à saúde, constantes no Anexo da Resolução Normativa - RN nº 465/2021 -ANS bem como cobertura das patologias reconhecidas pela Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID) e de Problemas Relacionados com a Saúde, da OMS - Organização Mundial da Saúde, ou outra classificação que venha a substituí-la, no decorrer da vigência do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 9.656/1998 e alterações posteriores, e demais Regulamentações Complementares.

9.14.1.1.2 Os serviços serão prestados nos consultórios médicos credenciados, em hospitais, ambulatorios e laboratórios, dentro da rede própria e/ou credenciada da prestadora.

9.14.1.1.3 Aconselhamento 24 (vinte e quatro) horas em todo território nacional, com médicos à disposição prestando serviços de aconselhamento por telefone ou teleatendimento virtual;

9.14.1.1.4 Atendimento pré-hospitalar de acordo com a avaliação médica feita no atendimento virtual;

9.14.1.1.5 A cobertura mínima, garantida pela prestadora dos serviços, abrangerá as seguintes especialidades médicas/paramédicas, além de outras que virem a ser admitidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS:

9.14.1.1.5.1 alergologia e imunologia;

9.14.1.1.5.2 anestesiologia;

9.14.1.1.5.3 angiologia;

9.14.1.1.5.4 broncoesofagologia;

9.14.1.1.5.5 cardiologia e eletrocardiografia;

9.14.1.1.5.6 cirurgia geral;

9.14.1.1.5.7 cirurgia gastroenterológica;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 9.14.1.1.5.8 cirurgia pediátrica;
- 9.14.1.1.5.9 cirurgia plástica reparadora;
- 9.14.1.1.5.10 cirurgia torácica;
- 9.14.1.1.5.11 cirurgia vascular periférica;
- 9.14.1.1.5.12 citologia;
- 9.14.1.1.5.13 clínica médica;
- 9.14.1.1.5.14 dermatologia clínico cirúrgica;
- 9.14.1.1.5.15 endocrinologia;
- 9.14.1.1.5.16 fisioterapia;
- 9.14.1.1.5.17 fisioterapia; gastroenterologia;
- 9.14.1.1.5.18 ginecologia;
- 9.14.1.1.5.19 hematologia;
- 9.14.1.1.5.20 homeopatia;
- 9.14.1.1.5.21 microcirurgia geral;
- 9.14.1.1.5.22 nefrologia;
- 9.14.1.1.5.23 neurologia;
- 9.14.1.1.5.24 neurocirurgia;
- 9.14.1.1.5.25 nutrologia;
- 9.14.1.1.5.26 obstetrícia;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.14.1.1.5.27 oftalmologia;

9.14.1.1.5.28 oncologia;

9.14.1.1.5.29 ortopedia;

9.14.1.1.5.30 otorrinolaringologia;

9.14.1.1.5.31 pediatria;

9.14.1.1.5.32 pneumologia;

9.14.1.1.5.33 proctologia;

9.14.1.1.5.34 psiquiatria;

9.14.1.1.5.35 radioterapia;

9.14.1.1.5.36 reumatologia;

9.14.1.1.5.37 traumatologia;

9.14.1.1.5.38 urologia.

9.15 Os beneficiários do CREA-SP serão assistidos minimamente pela prestação de serviços e/ou fornecimento de materiais, conforme descrito abaixo e dentro das especialidades médicas supracitadas:

9.15.1 atendimento de urgência e emergência em pronto-socorro;

9.15.2 consultas médicas em consultórios/ambulatórios/hospitais;

9.15.3 serviços complementares de diagnóstico e tratamento;

9.15.4 assistência médica e internação hospitalar para tratamentos, com cobertura das despesas de diárias;

9.15.5 serviços de enfermagem;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 9.15.6 salas de cirurgia e parto;
- 9.15.7 pagamento de honorários aos médicos, anestesistas e instrumentistas;
- 9.15.8 medicamentos durante a internação;
- 9.15.9 materiais importados quando a sua necessidade se fizer indispensável;
- 9.15.10 berçário durante o período de internação materna;
- 9.15.11 remoção de paciente (quando solicitado pelo médico);
- 9.15.12 Unidade de Terapia Intensiva sem limite de dias ou de qualquer espécie;
- 9.15.13 consultas médicas em número ilimitado;
- 9.15.14 intervenções cirúrgicas;
- 9.15.15 medicamentos e materiais cirúrgicos utilizados no transcorrer do atendimento ambulatorial;
- 9.15.16 remoção em ambulância, na forma da lei;
- 9.15.17 tratamento psiquiátrico, na forma e nos limites previstos na Resolução CONSU nº 11/1998, alterada pela Resolução CONSU nº 15/99;
- 9.15.18 sessões de fisioterapia e/ou fisioterapia a critério do médico assistente, sem limite de quantidade.
- 9.15.19 A CONTRATADA poderá solicitar relatório médico comprobatório;
- 9.15.20 médicos anestesilogistas e os instrumentadores cirúrgicos;
- 9.15.21 consultas/sessões de nutrição, ao menos até 12 (doze) sessões ao ano. A CONTRATADA poderá solicitar relatório comprobatório;
- 9.15.22 Sessões de psicoterapia, nutrição e fonoaudiologia sem limitação de número de sessões, desde que atendidos os critérios da DUT específica. Garantindo no mínimo 48(quarenta e oito) sessões anuais. A CONTRATADA poderá solicitar relatório comprobatório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.15.23 transplantes de rim, córnea, fígado e medula óssea (autólogo e halogênico);

9.15.24 demais transplantes coração, pâncreas e pulmão (sob protocolo) para o plano superior. Todos os transplantes incluindo cobertura de despesas do doador e armazenamento de órgãos;

9.16 A contratação assegurará aos beneficiários do CREA-SP a prestação de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia (sem limites de utilização), descritos no Rol de Procedimentos Médicos para cobertura assistencial a saúde, contidos no Anexo da Resolução Normativa - RN nº 465/2021 -ANS, bem como aqueles que vierem a ser acrescentados por legislação posterior, caso haja a alteração ou renovação que venha a suprimir algum procedimento médico nela previsto, ficam asseguradas as coberturas constantes deste documento, garantido minimamente o seguinte:

9.16.1 serviços laboratoriais de análises clínicas, exames citológicos, colposcópicos e histeroscópicos;

9.16.2 cineangiocoronariografia;

9.16.3 diálise e hemodiálise;

9.16.4 ecocardiograma unidimensional, bidimensional e com doppler;

9.16.5 eletrocardiograma;

9.16.6 eletrogiagnóstico e eletroencefalograma;

9.16.7 exames com radioisótopos;

9.16.8 exames endoscópicos;

9.16.9 exames radiológicos;

9.16.10 fisioterapia;

9.16.11 hemoterapia;

9.16.12 medicina nuclear;

9.16.13 provas de função pulmonar;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.16.14 quimioterapia;

9.16.15 radioterapia;

9.16.16 ressonância magnética;

9.16.17 teste ergométrico;

9.16.18 teste oftalmológico;

9.16.19 teste otorrinolaringológico;

9.16.20 tomografia computadorizada (todas);

9.16.21 laparoscopia diagnóstica e videolaparoscopia;

9.16.22 litotripsia;

9.16.23 ultrassonografia;

9.16.24 as sessões de quimioterapia e radioterapia, serão sem limitações quantitativas de sessões ou prazos, em regime ambulatorial ou hospitalar incluindo medicação e fármacos desde que devidamente autorizados e registrados na ANVISA, e conforme solicitação médica.

9.17 ACIDENTE DE TRABALHO

9.17.1 Consiste na prestação de serviços de emergência, de urgência e/ou clínica/ambulatorial decorrente de acidente de trabalho nos termos da definição e das classificações contidas na Lei 8.213/91, arts 19 e seguintes (referência: <http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/o-que-e-acidente-de-trabalho>).

9.17.2 Os beneficiários estarão cobertos por atendimentos em pronto-socorro, consultas médicas, curativos e demais atendimentos clínicos gerais, nas unidades próprias ou contratadas; observados os benefícios descritos e relacionados no Termo de referência, de acordo com as coberturas previstas nos produtos por segmentação contratada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.18 REDE HOSPITALAR

9.18.1 O prestador de serviços que vier a ser contratado garantirá atendimento médico hospitalar geral e para internações eletivas em pelo menos 18 (dezoito) das instituições abaixo relacionadas, sendo que dessas dezoito, 05 (cinco) deverão ser obrigatoriamente maternidades:

9.18.1.1 Rede Plano Básico

- 1 BENEFICENCIA PORTUGUESA DE SAO PAULO - HOSPITAL BP
- 2 BLANC SP
- 3 CEMA HOSPITAL ESPECIALIZADO
- 4 CLÍNICA PRISMA DE PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA
- 5 GRAACC
- 6 HOSPITAL A.C. CAMARGO
- 7 HOSPITAL AACD
- 8 HOSPITAL ALBERT SABIN - LAPA
- 9 HOSPITAL AVICCENA/CENTRAL DO TATUAPÉ
- 10 HOSPITAL BOSQUE DA SAUDE
- 11 HOSPITAL CENTRAL LESTE
- 12 HOSPITAL DA CRIANCA
- 13 HOSPITAL DE OLHOS DE SAO PAULO
- 14 HOSPITAL DE OLHOS JARDIM EUROPA
- 15 HOSPITAL DO RIM



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- | | |
|----|---|
| 16 | HOSPITAL DOM ANTONIO DE ALVARENGA |
| 17 | HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO ROSARIO |
| 18 | HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA MARIA |
| 19 | HOSPITAL E MATERNIDADE VIDAS |
| 20 | HOSPITAL IGESP |
| 21 | HOSPITAL LEFORTE - LIBERDADE |
| 22 | HOSPITAL LEFORTE - MORUMBI |
| 23 | HOSPITAL METROPOLITANO LAPA |
| 24 | HOSPITAL NIPO BRASILEIRO |
| 25 | HOSPITAL OITO DE MAIO |
| 26 | HOSPITAL PARANAGUA |
| 27 | HOSPITAL PAULISTA |
| 28 | HOSPITAL PORTINARI |
| 29 | HOSPITAL PRESIDENTE |
| 30 | HOSPITAL RUBEN BERTA |
| 31 | HOSPITAL SAHA |
| 32 | HOSPITAL SANTA CRUZ |
| 33 | HOSPITAL SANTA RITA |
| 34 | HOSPITAL SANTA VIRGINIA |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 35 HOSPITAL SAO MIGUEL
- 36 HOSPITAL SAO MIGUEL - UNIDADE ERMELINO MATARAZZO
- 37 HOSPITAL SAO PAULO
- 38 HOSPITAL SEPACO
- 39 HOSPITAL SERRA MAYOR
- 40 HOSPITAL VERA CRUZ
- 41 HOSPITAL VILLA LOBOS
- 42 HSANP HOSPITAL
- 43 INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTROLE DO CANCER – IBCC
- 44 HOSPITAL ALVORADA MOEMA

9.18.2 A rede do Plano Intermediário será composta pela rede do Plano Básico além de garantir atendimento médico hospitalar geral e para internações eletivas em, pelo menos, 07 (sete) das instituições abaixo relacionadas, sendo que dessas sete, 03 (três) deverão ser obrigatoriamente maternidades:

- 1 HOSPITAL DA LUZ - SANTO AMARO
- 2 HOSPITAL DANTE PAZZANESE
- 3 HOSPITAL METROPOLITANO BUTANTA
- 4 HOSPITAL SANTA MARCELINA
- 5 HOSPITAL PAULISTANO
- 6 HOSPITAL PRO MATRE
- 7 HOSPITAL SAO CAMILO POMPEIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 8 HOSPITAL VITORIA
- 9 HOSPITAL EDMUNDO VASCONCELOS
- 10 HOSPITAL SAO LUIZ ITAIM
- 11 HOSPITAL SAO LUIZ MORUMBI
- 12 AMERICAS MEDICINA E SAUDE
- 13 HOSPITAL DO CORACAO – HCOR
- 14 HOSPITAL INFANTIL SABARA
- 15 HOSPITAL NOVE DE JULHO
- 16 HOSPITAL MORIAH

9.18.3 A rede do Plano Superior será composta pelas redes dos planos: básico e intermediário além de garantir atendimento médico hospitalar geral e para internações nas instituições abaixo relacionadas, sendo que dessas 02 (duas) deverão ser obrigatoriamente maternidades:

- 1 BENEFICENCIA PORTUGUESA DE SAO PAULO - BP MIRANTE
- 2 HOSPITAL ALEMAO OSWALDO CRUZ
- 3 HOSPITAL ALBERT EINSTEIN - MORUMBI
- 4 HOSPITAL ALBERT EINSTEIN - PERDIZES
- 5 HOSPITAL SIRIO LIBANES

9.18.4 REDE LABORATORIAL

9.18.4.1 O prestador de serviços que vier a ser contratado deverá garantir atendimento na rede laboratorial das instituições abaixo relacionadas, assegurando a cobertura prevista para o plano básico:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

Plano Básico

- | | |
|----|---|
| 1 | ALCOR DIAGNOSTICO |
| 2 | ASSAD LABORHCLIN UNIDADE CARRAO |
| 3 | ASSAD LABORHCLIN UNIDADE ERMELINO MATARAZZO |
| 4 | AFIP |
| 5 | AURI MEDICINA DIAGNOSTICA |
| 6 | BEEP SERVICOS MEDICOS LTDA |
| 7 | IAP - INSTITUTO DE ANATOMIA PATOLOGICA |
| 8 | LABORATORIO SOARES ARAUJO |
| 9 | CURA UNIDADE JARDIM PAULISTA |
| 10 | CIMERMAN ANÁLISES CLÍNICAS - UNID JD PAULISTA |
| 11 | CIMERMAN ANÁLISES CLÍNICAS - UNID ANGELICA |
| 12 | CLÍNICA SCHMILLEVITCH UNIDADE TATUAPE |
| 13 | CLÍNICA SCHMILLEVITCH UNIDADE SANTA CECILIA |
| 14 | CORTEX NEUROLOGIA DIAGNOSTICA |
| 15 | CRYA - UNIDADE HIGIENOPOLIS |
| 16 | CRYA - UNIDADE MOOCA |
| 17 | CURA UNIDADE MOEMA |
| 18 | LAVOISIER - UNIDADE CARREFOUR ANCHIETA |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 19 LAVOISIER - UNIDADE VOLUNTARIOS
- 20 LAVOISIER - UNIDADE HOSPITAL SEPACO
- 21 LAVOISIER - UNIDADE LAPA I
- 22 LAVOISIER - UNIDADE LAPA II
- 23 LAVOISIER - UNIDADE TEODORO SAMPAIO
- 24 LAVOISIER - UNIDADE REGO FREITAS
- 25 LAVOISIER - UNIDADE PERUS
- 26 LAVOISIER - UNIDADE METRO BUTANTA
- 27 LAVOISIER - UNIDADE HOSPITAL VILLA LOBOS
- 28 LAVOISIER - UNIDADE IPIRANGA (MEGAUNIDADE)
- 29 LAVOISIER - UNIDADE SAO MIGUEL
- 30 LAVOISIER - UNIDADE GUAIANASES
- 31 LAVOISIER - UNIDADE TATUAPE EUCLIDES PACHECO
- 32 LAVOISIER - UNIDADE SHOPPING WEST PLAZA
- 33 LAVOISIER - UNIDADE ITAIM BIBI
- 34 LAVOISIER - UNIDADE CASA VERDE
- 35 LAVOISIER - UNIDADE METRO ANA ROSA
- 36 LAVOISIER - UNIDADE SHOPPING METRO SANTA CRUZ
- 37 LAVOISIER - UNIDADE SHOPPING METRO TATUAPE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 38 LAVOISIER - UNIDADE VILA PRUDENTE
- 39 LAVOISIER - UNIDADE JABAQUARA
- 40 LAVOISIER - UNIDADE BOM RETIRO
- 41 LAVOISIER - UNIDADE LAPA CATAO
- 42 LAVOISIER - UNIDADE PENHA
- 43 LAVOISIER - UNIDADE SHOPPING RAPOSO
- 44 LAVOISIER - UNIDADE ITAQUERA
- 45 LAVOISIER - UNIDADE M BOI MIRIM
- 46 LAVOISIER - UNIDADE ESTRADA DE ITAPECERICA
- 47 LAVOISIER - UNIDADE VILA MATILDE
- 48 LAVOISIER - UNIDADE SAPOPEMBA
- 49 LAVOISIER - UNIDADE PONTE RASA
- 50 LAVOISIER - UNIDADE BORBA GATO
- 51 LAVOISIER - UNIDADE VILA SANTA CATARINA
- 52 LAVOISIER - UNIDADE RIO PEQUENO
- 53 LAVOISIER - UNIDADE FRANCISCO MORATO
- 54 LAVOISIER - UNIDADE LIMAO
- 55 LAVOISIER - UNIDADE VILA SABRINA
- 56 LAVOISIER - UNIDADE PIRITUBA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 57 LAVOISIER - UNIDADE ERMELINO MATARAZZO
- 58 LAVOISIER - UNIDADE MOOCA
- 59 LAVOISIER - UNIDADE SABARA
- 60 LAVOISIER - UNIDADE TUCURUVI
- 61 LAVOISIER - UNIDADE SAO MATEUS
- 62 LAVOISIER - UNIDADE CAMBUCI
- 63 LAVOISIER - UNIDADE B17 JOAO DIAS
- 64 LAVOISIER - UNIDADE PRACA DA ARVORE
- 65 LAVOISIER - UNIDADE VILA NOVA CACHOEIRINHA
- 66 LAVOISIER - UNIDADE SHOPPING INTERLAGOS
- 67 LAVOISIER - UNIDADE VILA LEOPOLDINA
- 68 LAVOISIER - UNIDADE HEITOR PENTEADO
- 69 LAVOISIER - UNIDADE VILA FORMOSA
- 70 LAVOISIER - UNIDADE VILA MARIA
- 71 LAVOISIER - UNIDADE METRO CONCEICAO
- 72 LAVOISIER - UNIDADE CAPAO REDONDO
- 73 LAVOISIER - UNIDADE GRAJAU
- 74 LAVOISIER - UNIDADE CURSINO
- 75 LAVOISIER - UNIDADE SOCORRO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 76 LAVOISIER - UNIDADE DARZAN (MEGAUNIDADE)
- 77 LAVOISIER - UNIDADE CARRAO
- 78 LAVOISIER - UNIDADE CELSO GARCIA
- 79 LAVOISIER - UNIDADE FARIA LIMA
- 80 LAVOISIER - UNIDADE SHOPPING INTERLAR ARICANDUVA
- 81 LAVOISIER - UNIDADE ANGELICA II
- 82 LAVOISIER - UNIDADE ANGELICA I (MEGAUNIDADE)
- 83 LAVOISIER - UNIDADE AGUAI DE HAIA
- 84 LAVOISIER - UNIDADE SANTO AMARO
- 85 LAVOISIER - UNIDADE AMADOR BUENO
- 86 LAVOISIER - UNIDADE IBIRAPUERA
- 87 DIMEN DIAGNOSTICO MÉDICO NUCLEAR
- 88 EL DIAGNÓSTICOS
- 89 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - ITAIM BIBI
- 90 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - JOAO JULIAO
- 91 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - TATUAPE
- 92 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - PAULISTA
- 93 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - HEITOR PENTEADO
- 94 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - PARAISO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 95 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - CANARIO
- 96 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - CAMPO BELO
- 97 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - LAPA
- 98 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - SANTANA
- 99 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - VILA HAMBURGUESA
- 100 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - MOOCA
- 101 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - CANTAREIRA
- 102 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - VILA MASCOTE
- 103 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - JD SÃO PAULO ZN
- 104 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - MOEMA
- 105 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - CAPELA DO SOCORRO
- 106 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - MORUMBI
- 107 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - BRIGADEIRO
- 108 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - 9 DE JULHO
- 109 A+ MEDICINA DIAGNOSTICA - ANGELICA
- 110 DIMEDI
- 111 INSTITUTO HERMES PARDINI SANTANA
- 112 INSTITUTO HERMES PARDINI
- 113 INSTITUTO HERMES PARDINI ITAIM BIBI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 114 INSTITUTO HERMES PARDINI MORUMBI
- 115 INSTITUTO HERMES PARDINI TATUAPE
- 116 INSTITUTO HERMES PARDINI ITAQUERA
- 117 INSTITUTO HERMES PARDINI MOEMA
- 118 LABI EXAMES - UNIDADE SANTANA
- 119 LABI EXAMES - UNIDADE LAPA
- 120 LABI EXAMES - UNIDADE SAO MIGUEL
- 121 LABI EXAMES - MATRIZ
- 122 LABI EXAMES - UNIDADE VILA OLIMPIA
- 123 LABI EXAMES - UNIDADE PINHEIROS
- 124 LABI EXAMES - UNIDADE VILA MARIANA
- 125 LABI EXAMES - UNIDADE SANTO AMARO
- 126 LABI EXAMES - UNIDADE TATUAPE
- 127 LABI EXAMES - UNIDADE REPÚBLICA
- 128 LABI EXAMES - UNIDADE PENHA
- 129 LABI EXAMES - UNIDADE IPIRANA
- 130 LABI EXAMES - UNIDADE GRAJAU
- 131 LABI EXAMES - UNIDADE BRASILANDIA
- 132 PARDINI EXPRESS - SAUDE ACESSIVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 133 GENOA - LABORATORIO DE PATOLOGIA CIRURGICA DE SAO PAULO
- 134 MEDICAL - LABORATORIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
- 135 NASA LABORATORIO BIO CLÍNICO - TATUAPE II
- 136 NASA LABORATORIO BIO CLÍNICO - ITAQUERA
- 137 NASA LABORATORIO BIO CLÍNICO - TATUAPE
- 138 NASA LABORATORIO BIO CLÍNICO - SANTO AMARO
- 139 NASA LABORATORIO BIO CLÍNICO - SAO MATEUS
- 140 NASA LABORATORIO BIO CLÍNICO - SAO MIGUEL
- 141 NOTRELABS - UNIDADE IPIRANGA
- 142 NOTRELABS - UNIDADE ANGELICA
- 143 PATHOS DIAGNOSTICOS MEDICOS
- 144 PRESECOR DIAGNÓSTICOS EM MEDICINA
- 145 RADIOCLINICA TADAO MORI
- 146 SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE PORTAL MORUMBI
- 147 SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE VILA MARIANA
- 148 SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE PARAISO
- 149 SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE LAPA
- 150 SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE MOEMA
- 151 SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE MORUMBI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|-----|--|
| 152 | SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE TATUAPE |
| 153 | SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE SANTANA |
| 154 | SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE NUCLEO TECNICO OPERACIONAL |
| 155 | SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE INDIANOPOLIS |
| 156 | SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE JARDIM AMERICA |
| 157 | SALOMAO E ZOPPI - UNIDADE ANGELICA |
| 158 | TANNOUS E CLEMENTINO CLÍNICA DE DIAGNOSTICOS |
| 159 | LABORATÓRIO CDB - VILELA |
| 160 | LABORATORIO CDB - MOOCA II |
| 161 | LABORATÓRIO CDB - PARAISOPOLIS |
| 162 | LABORATÓRIO CDB - MOOCA |
| 163 | LABORATÓRIO CDB - MARSELHESA |
| 164 | LABORATÓRIO CDB - SANTANA |
| 165 | LABORATORIO CDB - VILA MARIANA |
| 166 | LABORATÓRIO CDB - BRASIL 441 |
| 167 | LABORATÓRIO CDB - BRASIL 350 |
| 168 | LABORATÓRIO CDB - SANTO AMARO |
| 169 | LABORATÓRIO CDB - PENHA |
| 170 | UCD - ULTRASSONOGRAFIA CENTRO DIAGNOSTICO |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

171 UDDO - UNIDADE DE DENSITOMETRIA OSSEA

9.18.5 O prestador de serviços contratado deverá garantir, para o Plano Intermediário, além do atendimento em toda a rede laboratorial prevista no Plano Básico, a inclusão das seguintes instituições:

1 CICAP

2 LABORATORIO LOCUS ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGIA

3 CLÍNICA DE DIAGNOSTICOS DR LUIZ SCOPPETTA

4 DELBONI AURIEMO - UNIDADE ALTO DE SANTANA

5 DELBONI AURIEMO - UNIDADE LIBERO BADARO

6 DELBONI AURIEMO - MEGA UNIDADE TATUAPE

7 DELBONI AURIEMO - UNIDADE PEIXOTO GOMIDE

8 DELBONI AURIEMO - UNIDADE ITAIM BIBI

9 DELBONI AURIEMO - MEGA UNIDADE JARDIM SUL

10 DELBONI AURIEMO - UNIDADE VILA CLEMENTINO

11 DELBONI AURIEMO - UNIDADE ALTO DE PINHEIROS

12 DELBONI AURIEMO - UNIDADE LAPA

13 DELBONI AURIEMO - UNIDADE AUGUSTA

14 DELBONI AURIEMO - UNIDADE CHACARA FLORA

15 DELBONI AURIEMO - UNIDADE BROOKLIN

16 DELBONI AURIEMO - MEGA UNIDADE SUMARE

17 DELBONI AURIEMO - MEGA UNIDADE RICARDO JAFET



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 18 DELBONI AURIEMO - UNIDADE SHOPPING ELDORADO
- 19 DELBONI AURIEMO - UNIDADE MOOCA
- 20 DELBONI AURIEMO - MEGA UNIDADE LUIZ DUMONT VILLARES
- 21 DELBONI AURIEMO - UNIDADE BRAZ LEME
- 22 BLUME MEDICINA DIAGNOSTICA
- 23 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE VILA OLIMPIA
- 24 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE PREFERENCE
- 25 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE TATUAPE
- 26 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE CENTRAL
- 27 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE PERDIZES
- 28 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE PAULISTA
- 29 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE MOEMA
- 30 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE MORUMBI
- 31 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE SANTANA
- 32 FEMME LABORATORIO DA MULHER - UNIDADE SANTO AMARO
- 33 SENNE LIQUOR

9.18.6 O prestador de serviços contratado deverá garantir, para o Plano Superior, além do atendimento em toda a rede laboratorial previstas nos Planos Básico e Intermediário, a inclusão das seguintes instituições:

- 1 CLUB D.A
- 2 CLUB D.A - IMAGENS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 3 ALTA MEDICINA DIAGNOSTICA - DASA PREMIUM - UNIDADE PAULISTA
- 4 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - HOSP 09 DE JULHO
- 5 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - HIGIENOPOLIS
- 6 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - JARDIM PAULISTANO
- 7 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - PANAMBY
- 8 ALTA MEDICINA DIAGNOSTICA - DASA PREMIUM - UNIDADE ANÁLIA FRANCO
- 9 ALTA MEDICINA DIAGNOSTICA - DASA PREMIUM
- 10 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - CAMPO BELO
- 11 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - IBIRAPUERA
- 12 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - VILA OLIMPIA
- 13 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - ZONA NORTE
- 14 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA - BRASIL
- 15 ALTA EXCELENCIA DIAGNOSTICA – MOEMA
- 16 ALTA EXCELENCIA – ALTO DE PINHEIROS
- 17 FLEURY - UNIDADE HIGIENOPOLIS
- 18 FLEURY - UNIDADE OSCAR AMERICANO
- 19 FLEURY - UNIDADE PARAISO
- 20 FLEURY - UNIDADE VILLA LOBOS
- 21 FLEURY - UNIDADE CAMPO BELO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 22 FLEURY - UNIDADE SUMARE
- 23 FLEURY - REPÚBLICA DO LIBANO III
- 24 FLEURY - UNIDADE REPÚBLICA DO LIBANO I
- 25 FLEURY - UNIDADE CHACARA KLABIN
- 26 FLEURY - IPIRANGA
- 27 FLEURY - SANTO AMARO
- 28 FLEURY - UNIDADE ITAIM
- 29 FLEURY - UNIDADE BETINHO CARRERO
- 30 FLEURY - UNIDADE ROCHAVERA
- 31 FLEURY - UNIDADE JARDIM AMERICA
- 32 FLEURY - UNIDADE REGENTE FEIJO
- 33 FLEURY - UNIDADE SHOPPING JARDIM SUL
- 34 FLEURY - UNIDADE BRAZ LEME
- 35 CDB PREMIUM

9.19 DAS FORMAS DE ATENDIMENTO

9.19.1 Não haverá qualquer tipo de limite de consultas, exames ou demais procedimentos, laboratoriais, exames decorrentes e todos os serviços contratados.

9.19.2 A escolha, marcação de consultas, exames etc., clínicas, laboratórios e outros recursos credenciados pela CONTRATADA ficará sob responsabilidade e livre escolha do usuário beneficiário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.19.3 A emissão de guias, autorizações de exames especializados e outros atos contratados respeitaram o prazo máximo de retorno estabelecido pela ANS e de acordo com a norma RN 259/2011, suas atualizações e demais Legislações relacionadas ao assunto, em todos os locais em que o CREA-SP cadastrar seus usuários, onde poderão sofrer alterações a qualquer tempo.

9.19.4 Nenhum tipo de atendimento ao usuário poderá gerar cheque de garantia, desembolso prévio ou posterior por parte dele, com exceção dos casos em que for acordado o atendimento por meio de reembolso integral conforme a RN 259/2011, suas atualizações e demais legislações relacionadas ao assunto.

9.19.5 As Urgências serão atendidas nos prontos-socorros da rede credenciada da CONTRATADA a qualquer hora do dia ou da noite, incluindo sábados, domingos e feriados, sem necessidade de marcação de consultas.

9.20 ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA

DA REDE CREDENCIADA

9.20.1 Manter REDE CREDENCIADA e/ou própria possibilitando o acesso dos usuários, de acordo com as normas vigentes da ANS.

9.20.2 Os usuários poderão ser atendidos em rede nacional credenciada em todo o país e farão jus a consultas em consultórios particulares com hora marcada, exames complementares, serviços auxiliares, de acordo com o estabelecido neste edital e em estrita conformidade com a legislação vigente.

9.20.3 A substituição de qualquer prestador de rede credenciada deverá garantir a mesma qualidade de atendimento, observado o disposto no §1º, do artigo 17, da Lei Federal nº 9.656/98, e suas alterações.

9.20.4 A CONTRATADA deverá disponibilizar Guia Eletrônico e/ou Manual do Usuário, de fácil acesso, com orientações tanto da rede credenciada local quanto da rede nacional credenciada, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos profissionais, hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios, institutos e outras entidades da área de saúde e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.20.5 A CONTRATADA poderá alterar a relação de prestadores de serviços credenciados/cooperados, com oportuna comunicação prévia aos usuários beneficiários. Essa alteração não deve prejudicar ou interromper qualquer tratamento que esteja em andamento.

9.20.6 A Rede Credenciada de atendimento é obrigatória e deverá ser comprovada para a contratação, ou seja, na assinatura do Contrato.

9.20.7 Para manutenção da qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá ter rede credenciada Nacional, sendo necessária a apresentação, somente do Estado de São Paulo, compatível com a Rede do atual fornecedor.

9.20.8 Dispor de rede de atendimento própria ou credenciada em todo o estado de São Paulo nos seguintes municípios:

- 1 ADAMANTINA
- 2 AMERICANA
- 3 AMÉRICO BRASILIENSE
- 4 AMPARO
- 5 ANDRADINA
- 6 ARACATUBA
- 7 ARARAQUARA
- 8 ARARAS
- 9 ARTUR NOGUEIRA
- 10 ASSIS
- 11 ATIBAIA
- 12 AVARÉ



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|----|-------------------|
| 13 | BARRA BONITA |
| 14 | BARRETOS |
| 15 | BARUERI |
| 16 | BAURU |
| 17 | BERTIOGA |
| 18 | BIRIGÜI |
| 19 | BOTUCATU |
| 20 | BRAGANCA PAULISTA |
| 21 | CAÇAPAVA |
| 22 | CAJAMAR |
| 23 | CAMPINAS |
| 24 | CAPIVARI |
| 25 | CARAGUATATUBA |
| 26 | CARAPICUÍBA |
| 27 | CATANDUVA |
| 28 | CESÁRIO LANGE |
| 29 | CONCHAL |
| 30 | CONCHAS |
| 31 | COSMÓPOLIS |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|----|--------------------------|
| 32 | COTIA |
| 33 | CRUZEIRO |
| 34 | CUBATÃO |
| 35 | DESCALVADO |
| 36 | DIADEMA |
| 37 | DRACENA |
| 38 | ESPÍRITO SANTO DO PINHAL |
| 39 | FRANCA |
| 40 | FRANCO DA ROCHA |
| 41 | GUARATINGUETÁ |
| 42 | GUARUJÁ |
| 43 | GUARULHOS |
| 44 | HOLAMBRA |
| 45 | IBITINGA |
| 46 | INDAIATUBA |
| 47 | ITANHAEM |
| 48 | ITAPECERICA DA SERRA |
| 49 | ITAPETININGA |
| 50 | ITAPEVI |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|----|-----------------|
| 51 | ITAPIRA |
| 52 | ITÁPOLIS |
| 53 | ITAQUAQUECETUBA |
| 54 | ITU |
| 55 | ITUVERAVA |
| 56 | JABOTICABAL |
| 57 | JACAREÍ |
| 58 | JAGUARIUNA |
| 59 | JALES |
| 60 | JARDINÓPOLIS |
| 61 | JAÚ |
| 62 | LINS |
| 63 | LORENA |
| 64 | LOUVEIRA |
| 65 | MAIRIPORÃ |
| 66 | MARILIA |
| 67 | MATÃO |
| 68 | MAUÁ |
| 69 | MOCOCA |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|----|---------------------|
| 70 | MOGI DAS CRUZES |
| 71 | MOGI GUAÇU |
| 72 | MOGI MIRIM |
| 73 | MONTE ALEGRE DO SUL |
| 74 | NOVA ODESSA |
| 75 | OLÍMPIA |
| 76 | OSASCO |
| 77 | OSVALDO CRUZ |
| 78 | OURINHOS |
| 79 | PARAGUACU PAULISTA |
| 80 | PATROCÍNIO PAULISTA |
| 81 | PAULÍNIA |
| 82 | PENÁPOLIS |
| 83 | PEREIRA BARRETO |
| 84 | PERUÍBE |
| 85 | PILAR DO SUL |
| 86 | PINDAMONHANGABA |
| 87 | PINHALZINHO |
| 88 | PIRACAIA |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|-----|-------------------------|
| 89 | PIRACICABA |
| 90 | PIRAJU |
| 91 | PIRANGI |
| 92 | PIRASSUNUNGA |
| 93 | POMPÉIA |
| 94 | PORTO FERREIRA |
| 95 | PRAIA GRANDE |
| 96 | PRESIDENTE EPITÁCIO |
| 97 | PRESIDENTE PRUDENTE |
| 98 | PRESIDENTE VENCESLAU |
| 99 | PROMISSÃO |
| 100 | RAFARD |
| 101 | REGISTRO |
| 102 | RIBEIRÃO PIRES |
| 103 | RIBEIRAO PRETO |
| 104 | SALTO |
| 105 | SANTA CRUZ DO RIO PARDO |
| 106 | SANTO ANDRÉ |
| 107 | SANTOS |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

| | |
|-----|-----------------------|
| 108 | SAO BERNARDO DO CAMPO |
| 109 | SÃO CAETANO DO SUL |
| 110 | SAO CARLOS |
| 111 | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO |
| 112 | SAO JOSE DOS CAMPOS |
| 113 | SÃO PAULO |
| 114 | SÃO ROQUE |
| 115 | SÃO SEBASTIÃO |
| 116 | SÃO VICENTE |
| 117 | SERTÃOZINHO |
| 118 | SOCORRO |
| 119 | SOROCABA |
| 120 | SUMARÉ |
| 121 | SUZANO |
| 122 | TABOÃO DA SERRA |
| 123 | TATUÍ |
| 124 | TAUBATÉ |
| 125 | TEODORO SAMPAIO |
| 126 | TUPÃ |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 127 UBATUBA
- 128 VALINHOS
- 129 VÁRZEA PAULISTA
- 130 VINHEDO
- 131 VOTUPORANGA

9.21 REMISSÃO DO BENEFÍCIO E CONTINUIDADE DA COBERTURA PARA OS DEPENDENTES

9.21.1 Em caso de falecimento do beneficiário titular durante a vigência do contrato, será concedido aos seus dependentes regularmente inscritos no plano o benefício de remissão, que assegura a continuidade da cobertura médico-hospitalar por um período de 01 (um) ano, sem qualquer custo para os familiares ou para o CREA-SP.

9.21.2 Durante o período de remissão:

9.21.2.1 Os dependentes permanecerão no mesmo plano vigente na data do falecimento do titular.

9.21.2.2 Serão mantidas todas as coberturas e limites assistenciais conforme o padrão do plano contratado.

9.21.2.3 A isenção do pagamento do prêmio será aplicada automaticamente, sem necessidade de solicitação formal.

9.21.2.4 Importante: A remissão é válida exclusivamente para os dependentes elegíveis que já estavam incluídos no plano até a data do falecimento do titular.

9.22 DA COBERTURA PARA ATENDIMENTO

9.22.1 Todos os procedimentos constantes deste Instrumento e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS vigente, constantes das Resoluções Normativas, incluindo a cobertura de exames clínicos de procedimentos, atendimentos de urgência e emergência, exames auxiliares ou complementares, tratamentos e demais procedimentos ambulatoriais solicitados, com a finalidade de complementar o diagnóstico do paciente, tais como procedimentos de prevenção e cirurgia, bem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

como aqueles acrescentados por legislações posteriores, os quais serão prestadas em consultórios credenciados, hospitais, ambulatórios e laboratórios, dentro da rede credenciada e/ou própria da CONTRATADA, nas especialidades classificadas em legislação pertinente.

9.22.2 É vedado à CONTRATADA limitar o atendimento dos beneficiários quando o(s) procedimento(s) estiverem dentro da cobertura prevista no plano de assistência médica e nas normas da ANS, bem como submeter o beneficiário a exigências que dificultem o acesso ao atendimento.

9.22.3 Os honorários, materiais, medicamentos e quaisquer outras despesas que eventualmente possam ocorrer com o tratamento do usuário, relativos aos serviços cobertos, serão custeados integralmente pela CONTRATADA.

9.22.4 A responsabilidade pelo custeio de medicamentos para doenças autoimunes, ainda que administrados fora do ambiente hospitalar, recai sobre a CONTRATADA, desde que haja prescrição médica e o tratamento esteja respaldado por evidências científicas.

9.22.5 Conforme a Lei nº 14.454/2022, que alterou a Lei dos Planos de Saúde (Lei nº 9.656/98), o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS passou a ser considerado referência básica, e não exaustiva.

9.22.6 Isso significa que a operadora pode cobrir medicamentos não listados no rol, desde que preenchidos critérios técnicos, como:

9.22.6.1 Existência de prescrição médica.

9.22.6.2 Comprovação da eficácia do medicamento.

9.22.6.3 Ausência de substituto terapêutico no rol da ANS.

9.22.6.4 Essa obrigação se estende ao regime de atendimento domiciliar (homecare), quando indicado pelo médico assistente como necessário para a continuidade do tratamento. A Resolução Normativa nº 465/2021 da ANS estabelece que, quando o plano oferece internação domiciliar como substituição à hospitalar, deve garantir todos os insumos e medicamentos necessários ao tratamento, conforme prescrição médica, respeitando os mesmos critérios aplicáveis à internação hospitalar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.23 Todos os procedimentos novos incluídos no Rol de Procedimentos da ANS serão gratuitamente acrescidos ao serviço.

9.24 Na hipótese do Rol de Procedimentos vir a ser disciplinado por nova resolução, seja da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ou de outro órgão competente, ficam asseguradas todas as coberturas previstas neste documento, acrescidas de eventuais melhorias que vierem a ocorrer.

9.25 A prestadora de serviços médicos deverá ofertar três modalidades de plano médico hospitalar com as seguintes características:

9.25.1 PLANO BÁSICO - ENFERMARIA, plano nacional, com previsão de reembolso, sem coparticipação, padrão de opção com cobertura de acomodação em quarto coletivo (enfermaria), com limite de até 04 (quatro) pacientes por quarto.

9.25.2 PLANO INTERMEDIÁRIO - APARTAMENTO, plano nacional, com reembolso, com coparticipação linear de até 30% (trinta por cento), padrão de opção com cobertura de acomodação em quarto privativo com banheiro privativo.

9.25.3 PLANO SUPERIOR – APARTAMENTO, plano nacional, com reembolso, com coparticipação linear de até 30% (trinta por cento), padrão de opção com cobertura de acomodação em quarto privativo, com banheiro privativo aumentando o número de hospitais ou laboratórios conveniados, se comparado ao plano intermediário.

9.26 As modalidades dos planos intermediário e superior serão de livre escolha dos funcionários do CREA-SP, titulares do plano básico, com vínculo empregatício, que poderão optar por padrão de acomodação superior ao de cobertura básica, sendo essa escolha estendida aos seus dependentes, definidos neste Termo.

9.27 REEMBOLSO:

9.27.1 Haverá previsão de reembolso das despesas médicas e hospitalares a todos os beneficiários que utilizarem os serviços médicos auxiliares de diagnóstico e tratamento de sua livre escolha.

9.27.2 O reembolso deverá ser efetuado nos prazos previstos pela ANS.

9.27.3 Garantir que os usuários sejam atendidos em rede nacional credenciada de livre escolha em todo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

o país, fazendo jus a atendimentos em consultórios particulares com hora marcada, exames complementares, serviços auxiliares, remoções conforme Resolução Normativa - RN Nº 490/2022 e internações hospitalares, e em estrita conformidade com a legislação vigente.

9.27.4 Garantir que, em caso de atendimento de livre escolha, ainda que nos locais haja rede credenciada, o beneficiário será ressarcido dos valores estabelecidos na Tabela da Operadora Contratada, observando-se o procedimento correspondente para o reembolso.

9.27.5 Esta tabela deverá ficar disponível para acesso de todos os usuários e caso demande de consulta prévia da operadora/seguradora o retorno deverá ser feito no prazo máximo previsto na ANS.

9.27.6 As partes reconhecem que os processos de reembolsos utilizarão como base para ressarcimento o padrão de codificação TUSS (Terminologia Unificada em Saúde Suplementar), preconizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, tendo sua valoração definida pela tabela da Contratada multiplicada pelo fator real de 0,70 (setenta centavos de real), onde a variação dos planos intermediário e superior deve ser maior em relação ao plano básico, seguindo a tabela de variação percentual da CONTRATADA.

9.27.6.1 Cabe ressaltar que o mercado de saúde suplementar não adota percentual único ou referência padronizada para o cálculo de reembolso de atendimentos realizados fora da rede credenciada — variando, conforme práticas setoriais, entre percentuais inferiores e superiores — a definição do fator de 0,70 (setenta centavos de real) revela-se razoável e tecnicamente adequada. O referido fator foi estabelecido de modo a equilibrar a ampliação do acesso do beneficiário à livre escolha de prestadores com a necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, refletindo a diferença estrutural entre os valores negociados com a rede credenciada e aqueles praticados em atendimentos externos. Adicionalmente, o percentual adotado situa-se em patamar intermediário entre os índices usualmente observados no mercado, evitando tanto a oneração excessiva do contrato quanto a fixação de valores que possam desestimular a utilização regular da rede credenciada, mantendo coerência com os modelos atuariais e comerciais praticados pelas operadoras de planos de saúde.

9.28 DOS USUÁRIOS BENEFICIÁRIOS

9.28.1 São considerados beneficiários, os seguintes usuários:

9.28.1.1 Titulares:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.28.1.1.1 funcionários com vínculo empregatício;

9.28.1.1.2 Estagiários com termo de compromisso.

9.28.2 Dependentes (somente para funcionários com vínculo empregatício):

9.28.2.1 Cônjuge, companheiro(a) na forma definida em lei;

9.28.2.2 Filhos(as) de qualquer condição solteiros(as) ou tutelados(as) ou sob a guarda do titular com qualquer idade, comprovadamente inválidos, desde que dependam financeiramente do titular e que atendam os normativos do CREA-SP.

9.28.2.2.1 A CONTRATADA deverá garantir a inclusão de dependentes legais comprovadamente inválidos mediante a apresentação exclusiva do relatório médico que ateste a condição de invalidez, acompanhado da aprovação do Médico do Trabalho do CREA-SP. Não será permitida a exigência de qualquer documentação adicional, como curatela ou documentos judiciais, salvo se houver legislação ou norma específica que regule a obrigatoriedade dessa documentação.

9.28.2.3 Filhos(as) de qualquer condição solteiros(as) ou tutelados(as) ou sob a guarda do titular, até 21 (vinte e um) anos de idade, e que atendam os normativos do CREA-SP.

9.28.2.4 Enteados(as), até 21 (vinte e um) anos de idade, desde que dependam financeiramente do titular e que atendam os normativos do CREA-SP.

9.28.2.5 A CONTRATADA será responsável pela exclusão automática dos usuários, nestas condições (itens 9.28.2.3. e 9.28.2.4.) que ocorrerá no último dia do mês do aniversário. Além disso, deverá encaminhar ao CREA-SP, a lista dos referidos usuários, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias da exclusão

9.28.2.6 Agregados: Pai e/ou mãe de funcionários, no total de 12 (doze) beneficiários, integrantes somente do plano de assistência médica vigente, já cadastrados e que atendam os normativos internos do CREA-SP. A CONTRATADA deverá aceitar a transferência destes agregados beneficiados no plano anterior, ficando vedada a inclusão de novos agregados na vigência do presente contrato.

9.28.3 Inativos e remidos que atendam às condições previstas na legislação vigente, nas normas da ANS e no termo de referência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.29 REGRAS GERAIS

9.29.1 Coparticipação

9.29.1.1 Haverá previsão de coparticipação de até 30% (trinta por cento) somente sobre o valor pago em atendimentos de consultas eletivas, terapias, exames simples e especiais, quando da utilização da rede própria ou credenciada, ou sobre a realização de atendimento em livre escolha, para os planos de saúde Intermediário e Superior.

9.29.1.2 Fica vedada a aplicação de coparticipação nos seguintes atendimentos:

9.29.1.3 Exames complexos, tais como ressonância magnética, tomografia computadorizada, PET scan, cintilografia, entre outros que envolvam alta tecnologia ou procedimentos especializados, conforme classificação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

9.29.1.4 Internações hospitalares, em qualquer modalidade (clínica, cirúrgica, obstétrica), incluindo internações em pronto-socorro que excedam o período de observação.

9.29.1.5 Tratamentos de doenças crônicas, incluindo os relacionados a todos os tipos de câncer (quimioterapia, radioterapia), esclerose múltipla, atrofia muscular espinhal (AME), autismo (TEA), artrite reumatoide, doença de crohn, psoríase, espondilite anquilosante, leucemia mieloide crônica (LMC), tumores gastrointestinais, hemodiálise, diálise, hemotransfusão, imunoterapia, e outras doenças autoimunes.

9.29.1.6 A operadora CONTRATADA deverá garantir a cobertura integral desses atendimentos, sem qualquer cobrança adicional ao beneficiário, respeitando os limites e diretrizes estabelecidos pela legislação vigente.

9.29.1.7 O prazo para cobrança de coparticipação poderá ser de até 12 (doze) meses, respeitando os prazos e a Resolução Normativa nº 438/2018 da ANS, que disciplina a transparência e o controle da coparticipação e franquia nos planos de saúde.

9.29.1.8 As coparticipações serão limitadas por grupo familiar da seguinte forma:

9.29.1.8.1 Não haverá coparticipação para os usuários do plano básico;

9.29.1.8.2 Plano intermediário valor máximo mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por grupo familiar;

9.29.1.8.3 Plano superior valor máximo mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por grupo familiar;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.29.1.8.4 As coparticipações terão o limite de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal para o Plano Intermediário e R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensal para o Plano Superior, sem lançamentos retroativos de utilização ou glosas.

| Planos | Teto Mensal Coparticipação |
|---------------|--|
| Básico | Não há coparticipação |
| Intermediário | R\$ 400,00 por grupo familiar (Sem lançamentos retroativos de utilização ou glosas) |
| Superior | R\$ 500,00 por grupo familiar (Sem lançamentos retroativos de utilização ou glosas) |

9.29.1.8.5 Caso o valor da coparticipação apurado seja superior ao teto estabelecido em cada um dos planos, a operadora do plano de assistência médica será integralmente responsável pelo pagamento da diferença, ficando vedado o desconto complementar, posterior ou retroativo, junto ao empregado ou cobrança a CONTRATADA.

9.29.1.8.6 A CONTRATANTE será responsável exclusivamente pela operacionalização do desconto da coparticipação do grupo familiar em folha de pagamento do funcionário, com base nas informações encaminhadas pela PRESTADORA, à qual competirá, de forma integral e exclusiva, a apuração, a veracidade, os esclarecimentos, bem como a correção de eventuais inconsistências e a responsabilidade pelos valores de coparticipação informados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As PARTES declaram, concordam e garantem que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades do Contrato e ser realizada em conformidade com a legislação aplicável, sobretudo, mas não se limitando à Lei nº 13.709/2018.

10.2 Na medida em que o contrato se presta a possibilitar o cumprimento de garantias trabalhistas decorrentes da relação contratual mantida entre o CREA-SP e seus funcionários e estagiários, as Partes reconhecem que o tratamento de dados pessoais ocorrerá conforme incisos II, V e VIII, do artigo 7º, das alíneas “a” e “f”, do inciso II, do art. 11 e, quando for o caso, do §1º, do art. 14, todos da Lei nº 13.709/18.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

9.16 As PARTES declaram e concordam que, nos termos do que estabelece o inciso VI, do art. 5º, da Lei nº 13.709/2018, ambas atuam na condição de CONTROLADOR DE DADOS a quem compete as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais, especialmente relativas às finalidades e aos meios de Tratamento.

10.4 A duração do tratamento de dados deverá respeitar o objeto do Contrato, bem como, o disposto na legislação aplicável e, caso uma das PARTES continue a tratar os dados pessoais após o término da relação e os envolver em eventual incidente, responderá sozinha pelo cumprimento de direito dos Titulares dos Dados, sem envolver a outra PARTE.

10.5 As PARTES adotarão normas relacionadas à implementação de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de eventos acidentais ou ilícitos de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ou qualquer outra ocorrência decorrente de tratamento inadequado ou ilícito, implementação de programa de governança em privacidade, estruturação de planos de resposta a incidentes e remediação, sendo que as PARTES manterão procedimento para identificar, solucionar e eliminar incidentes envolvendo dados pessoais tratados sob a égide do Contrato e cooperarão uma com a outra na investigação de tais incidentes.

10.6 As PARTES cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

10.7 Os dados obtidos em razão do Contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas.

10.8 As PARTES se comprometem a não tratar ou autorizar o Tratamento de Dados Pessoais fora do território brasileiro sem tomar as medidas garantidoras necessárias para que a transferência esteja em conformidade com a LGPD, o que deve incluir, sem limitações, a observância de regras vinculantes aprovadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

10.9 Ao realizar qualquer atividade de Tratamento, as PARTES garantem e se comprometem a:

10.9.1 Tratar os Dados Pessoais de acordo com as diretrizes da LGPD.

10.9.2 Manter registro dos Dados Pessoais processados para os propósitos do Contrato.

10.9.3 Garantir a confidencialidade e a integridade dos Dados Pessoais compartilhados.

10.9.4 Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança da informação para evitar o uso indevido e não autorizado de Dados Pessoais.

10.9.5 Adotar medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de Dados Pessoais, bem como garantir a revisão periódica das medidas implementadas.

10.9.6 Garantir a qualidade dos Dados Pessoais e a transparência sobre o Tratamento em relação ao Titular, bem como atender às suas requisições quando solicitado diretamente pelo Titular, pela ANPD ou pelo outro CONTROLADOR.

10.9.7 Responsabilizar-se pela manutenção de um registro escrito das atividades e pela adoção de padrões de segurança sustentados nas melhores tecnologias disponíveis no mercado, devendo:

10.9.7.1 Restringir o acesso aos Dados Pessoais mediante a definição de pessoas habilitadas e responsáveis pelo Tratamento.

10.9.7.2 Adotar medidas técnicas e organizacionais de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos Dados Pessoais.

10.9.8 Manter um canal de contato dentro da organização, autorizado a responder a consultas sobre o Tratamento de Dados Pessoais e que cooperará, de boa-fé, com o outro Controlador, com o Titular dos Dados Pessoais e com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

10.10 Ao realizar qualquer atividade de Tratamento de dados pessoais de menores, as PARTES garantem e se comprometem a:

10.10.1 Realizá-lo objetivando o melhor interesse do menor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

10.10.2 Tratar os Dados Pessoais de acordo com as diretrizes da LGPD e manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 da LGPD.

10.10.3 Fornecer as informações sobre o tratamento de dados do menor de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento do menor.

10.10.4 Não condicionar a participação dos menores titulares dos dados em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

10.11 As PARTES reconhecem que os dados pessoais sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, as operações que envolvam o tratamento de dados pessoais sensíveis somente ocorrerão quando estritamente necessário para cumprir com as disposições do Contrato, devendo garantir a implementação de proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança dessas informações.

10.12 As PARTES garantem que as suas atividades estão em conformidade com as leis aplicáveis e se comprometem, caso solicitado pelo outro CONTROLADOR, havendo fundado motivo, a disponibilizar toda a documentação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações ora estabelecidas e na legislação aplicável.

10.13 Ressalvados os casos expressamente autorizados, as PARTES não estão autorizados a transferir e/ou compartilhar com terceiros os Dados Pessoais tratados em razão do Contrato, a menos que o compartilhamento seja necessário para o cumprimento do objeto acordado.

10.14 Sempre que solicitado, as PARTES deverão prover auxílio mútuo no atendimento das requisições realizadas por Titulares, ou pela ANPD, providenciando todas as informações solicitadas de forma imediata ou no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) horas, justificando os motivos da demora, devendo garantir o cumprimento das seguintes requisições do Titular dos Dados Pessoais:

10.14.1 Confirmação da existência de Tratamento.

10.14.2 Acesso aos Dados Pessoais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- 10.14.3 Correção de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.
- 10.14.4 Anonimização, bloqueio ou eliminação de Dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei
- 10.14.5 Portabilidade dos Dados, nos termos regulados pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ou outros órgãos competentes
- 10.14.6 Eliminação dos Dados Pessoais tratados com o consentimento, se aplicável.
- 10.14.7 Informação sobre entidades públicas e privadas com as quais foi realizado uso compartilhado de Dados Pessoais, se aplicável.
- 10.14.8 Revisão de decisões automatizadas tomadas com base no Tratamento de Dados Pessoais, se aplicável.
- 10.15** Na ocorrência de qualquer Incidente (como perda, deleção, destruição, alteração ou exposição indesejada ou não autorizada) que envolva as informações compartilhadas em razão do Contrato, as PARTES deverão:
- 10.15.1 Comunicar a outra PARTE sobre o ocorrido imediatamente e, quando não possível, e desde que a demora seja justificada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da ciência do Incidente contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- 10.15.1.1 data e hora do Incidente.
- 10.15.1.2 data e hora da ciência.
- 10.15.1.3 relação dos tipos de Dados Pessoais afetados pelo Incidente.
- 10.15.1.4 relação de Titulares afetados pelo vazamento.
- 10.15.1.5 indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos Incidentes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

10.15.2. Tomar todas as providências necessárias para recuperar e/ou reconstituir todas as informações prejudicadas, sem imputar a outra PARTE qualquer custo adicional pelos gastos despendidos.

10.15.3 Manter indene a outra PARTE, obrigando-se a indenizar a parte prejudicada e a ressarcir todos os danos eventualmente causados ao outro CONTROLADOR, aos Titulares ou a terceiros, a que comprovadamente tiver dado causa.

10.16 Caso uma das PARTES não garanta o Tratamento adequado às finalidades do Contrato e à LGPD, inclusive pelos terceiros com quem, eventualmente, compartilharam os Dados Pessoais, ou comprometam a segurança, a confidencialidade e a integridade das informações compartilhadas, será responsável pelos seus atos, bem como de seus respectivos funcionários, prepostos, representantes legais, contratados, terceiros relacionados ou qualquer pessoa que tenha tido acesso a esses Dados Pessoais

10.17 Caso sejam ajuizadas ações pelos titulares dos Dados Pessoais contra o CREA-SP, ou de serem recebidas pelo CREA-SP notificações de quaisquer órgãos públicos, com base no uso indevido de Dados Pessoais decorrente de falha no tratamento dos dados pela CONTRATADA ou por eventuais Operadores sob sua responsabilidade, deverá o envolvido intervir no processo, reivindicando a condição de demandado e requerendo a exclusão do CREA-SP e, em caso de condenação deverá ressarcir-lo pelo valor principal pago, bem como por todos os danos (incluindo lucros cessantes) e todas as despesas envolvidas na demanda.

10.18 As PARTES se comprometem a informar e manter atualizado os dados dos seus respectivos DPOs (Data Protection Officer) – Encarregado de Dados (nome, e-mail e telefone de contato), para manter as comunicações e solicitações entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**
 - (1) Inexecução parcial multa moratória de 2% (dois por cento) ao mês por atraso injustificado sobre o valor total contratado;
 - (2) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a)** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. A despesa para atender a esta contratação está programada em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CREA-SP, nas seguintes contas nº 6.2.2.1.1.01.04.01.003 – Assistência Médica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

17.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO PREPOSTO DA CONTRATADA

18.1. Fica estabelecido que o preposto da Contratada para representá-la perante o CREA-SP na execução deste Contrato é o(a) Sr.(a). ____, função ____, portador da Cédula de Identidade RG nº ____ e CPF/MF nº ____, endereço eletrônico: ____.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GESTÃO DO CONTRATO

19.1. A gestão do contrato será acompanhada por Gestor a ser indicado através de Portaria da autoridade competente após a assinatura do Contrato.

19.1.1. Será dada ciência da Portaria ao preposto da Contratada.

19.2. O Gestor do Contrato poderá, quando da emissão da Ordem de Serviço, exigir a entrega de relatório do prestador de serviço/fornecedor, referente à execução do Contrato, indicando nesta ocasião o formato e a periodicidade de entrega.

19.3. Os pagamentos devidos serão sempre condicionados a entrega dos relatórios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

20.1. É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

20.2. É permitido à Contratada caucionar ou utilizar este termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

20.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

20.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO ([art. 92, §1º](#))

22.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes este Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, de de 2026.

Ao assinar este Termo de Contrato as partes declaram ciência de todo seu conteúdo, independente de rubricas em todas as páginas.

Pela CONTRATADA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

REPRESENTANTE LEGAL:

TESTEMUNHA:

Pelo CREA-SP:

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHA:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREA-SP**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

ANEXO I

O Termo de Referência -Anexo I do Edital serão juntados quando da lavratura deste Contrato